



MUNICÍPIO DE PENAFIEL

Relatório de Gestão

2018



1. INTRODUÇÃO

Nota Prévia

Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial, relevando a execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2018. Quanto à metodologia utilizada, foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução de anos anteriores.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os referidos documentos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Assim, em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Penafiel, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.



O referencial contabilístico

O regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão, elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em consonância com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001- 2.ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

A Lei do Orçamento do Estado para 2019 determinou que, no ano de 2019, as entidades integradas no Subsetor da Administração Local (SAL) aplicam o referencial contabilístico de 2018. A partir de 1 de janeiro de 2019, com vista a garantir a plena transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Município de Penafiel deverá assegurar as diligências necessárias com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no (POCAL).

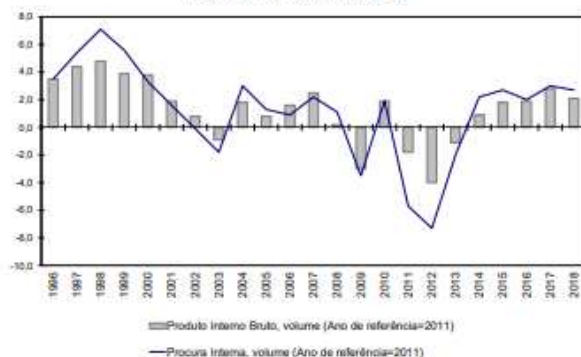
O SNC-AP é visto como uma oportunidade para a implementação da contabilidade analítica no Município de Penafiel, com vista à eficiência no funcionamento e tendo por objetivo melhor informação, maior organização e ganhos económicos. Com o desenvolvimento de uma contabilidade analítica e de gestão, e respetivo conjunto de sistemas de informação, o município espera obter dados e informação que permitam uma melhor gestão de recursos e melhor base de apoio à decisão.

Enquadramento Macroeconómico

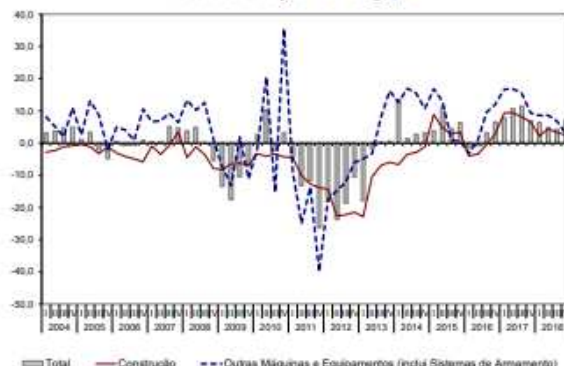
Em 2018, de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,1% em volume, menos 0,7 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. Em termos nominais, o PIB aumentou 3,6% (4,4% em 2017), tendo atingido 201,5 mil milhões de euros. A procura externa líquida registou um contributo de -0,7 p.p. para a variação em volume do PIB (-0,3 p.p. em 2017), verificando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços. O contributo positivo da procura interna diminuiu para 2,8 p.p. (3,1 p.p. em 2017), refletindo o crescimento menos intenso do Investimento. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (0,8% em 2017).



Produto Interno Bruto e Procura Interna
Volume (ano de referência=2011)
Taxa de variação anual, %



Investimento
Volume (Ano de referência=2011)
Taxa de variação homóloga, %



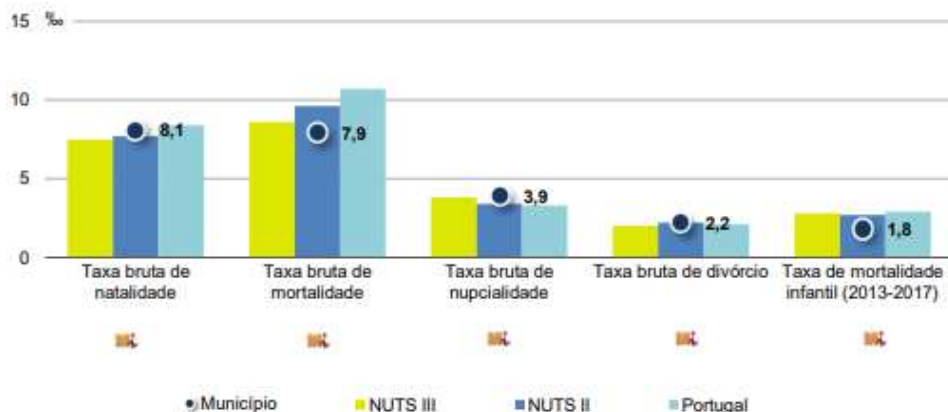
No 4º trimestre de 2018, o Investimento registou um crescimento homólogo de 7,2% em volume, acima do verificado no trimestre anterior (4,2%). A FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) total desacelerou no 4º trimestre, passando de um crescimento homólogo de 5,0% para 3,3%, enquanto a Variação de Existências registou um contributo de 0,7 p.p. para a variação homóloga do PIB no 4º trimestre.

Caracterização socioeconómica do Município

Informação estatística personalizada, disponibilizada pelo INE, reportada a dezembro de 2018.

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	70 078	418 768	3 576 205	10 291 027	16,7
Homens	33 675	201 769	1 692 442	4 867 692	16,7
Mulheres	36 403	216 999	1 883 763	5 423 335	16,8
Com menos de 15 anos	10 193	57 437	467 038	1 423 896	17,7
Com 65 ou mais anos	10 783	68 453	716 130	2 213 274	15,8
Densidade pop. (N.º/Km²)	330,2	228,6	168,0	111,6	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,4	-0,5	-0,2	-0,2	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	0,0	-0,1	-0,2	-0,2	-
Índice de Invelhecimento	105,8	119,2	153,3	155,4	-
Índice de Potencialidade	77,5	79,3	72,0	70,6	-

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.



Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2017/2018

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-18	20	113	1 193	3 747	17,7
set-18	14	76	952	3 114	18,4
ago-18	8	77	815	2 720	10,4
jul-18	11	90	1 013	3 209	12,2
jun-18	17	95	1 088	3 358	17,9
mai-18	19	108	1 116	3 680	17,6
abr-18	24	114	1 105	3 654	21,1
mar-18	17	114	1 266	4 101	14,9
fev-18	12	102	1 103	3 611	11,8
jan-18	24	202	1 732	5 287	11,9
dez-17	14	76	864	2 717	18,4
nov-17	11	85	1 037	3 119	12,9
12 Meses	191	1 252	13 284	42 317	15,3

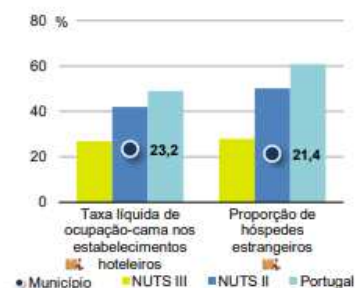
Fonte: INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades equiparadas

Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), (2017-2018)

	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal
2.º Trim. 2018	690	611	813	969
1.º Trim. 2018	691	601	795	950
4.º Trim. 2017	676	599	777	932
3.º Trim. 2017	671	593	761	912
2.º Trim. 2017	666	579	743	896
1.º Trim. 2017	650	577	731	881

Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Estabelecimentos hoteleiros (Nº)	16	105	1 313	5 840	15,2
Hotéis (Nº)	5	18	326	1 309	27,8
Capacidade de alojamento (Nº)	930	3 397	62 855	402 832	27,4
Hóspedes (Nº)	38 692	163 802	4 892 605	23 953 765	23,6
Dormidas (Nº)	66 221	291 477	9 008 846	65 385 210	22,7
Estada média	1,7	1,8	1,8	2,7	-
Proveitos(milhares €)	2 832	19 189	489 312	3 681 207	14,8





2. ATIVIDADES

Nota Prévia

Em 2018, as prioridades do Município do Penafiel mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, refletindo ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos que não podiam deixar de ser honrados.

A elaboração do orçamento autárquico é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental, as Grandes Opções do Plano (GOP), que definem os objetivos estratégicos de desenvolvimento económico e social do município.

Despesas por objetivos

As GOP incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano de Atividades Municipais (PAM).

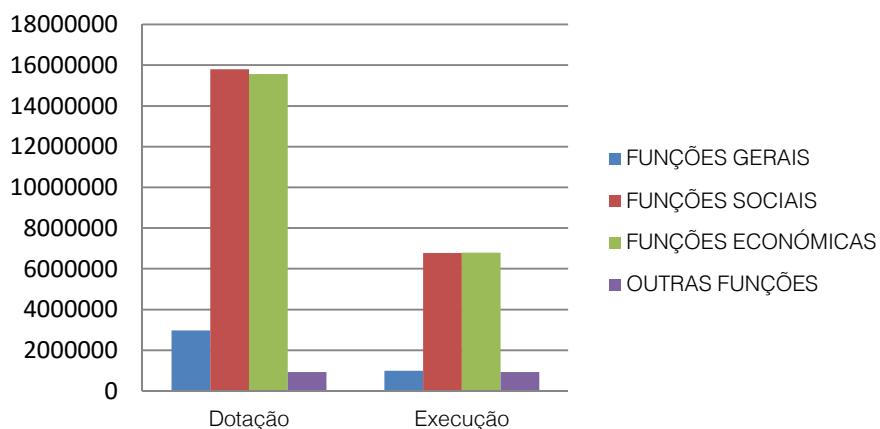
O classificador funcional da despesa encontra-se incluído no diploma legal que aprovou o POCAL – Decreto-lei nº54A/2009, de 22 de fevereiro, o qual permite obter a informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pelas autarquias, nas diversas áreas de intervenção, na prossecução das suas atribuições, nomeadamente: funções gerais (e.g. segurança e ordem públicas), sociais (e.g. educação, saúde, cultura e desporto, segurança e ação sociais), económicas (e.g. comércio e turismo, indústria e energia, e transportes e comunicações) e outras.

No quadro seguinte, apresentamos a execução das GOP no exercício de 2018:

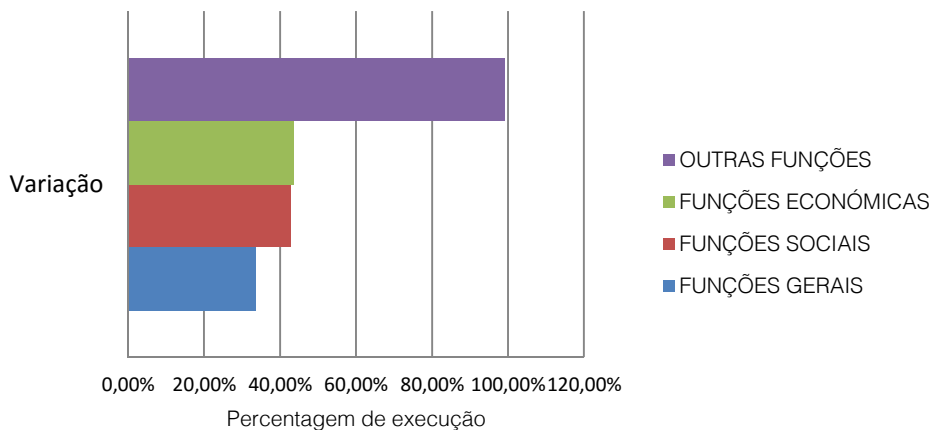
Grandes Opções do Plano	Dotação	Montante executado	% Execução
FUNÇÕES GERAIS	2.975.000,00	996.994,17	33.51%
FUNÇÕES SOCIAIS	15.801.997,00	6.779.097,93	42.90%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	15.573.213,00	6.798.753,78	43.66%
OUTRAS FUNÇÕES	930.000,00	922.152,84	99.16%
Total	35.280.210,00	15.496.998,72	43.93%



Execução das GOP



Variação das GOP



Funções Gerais

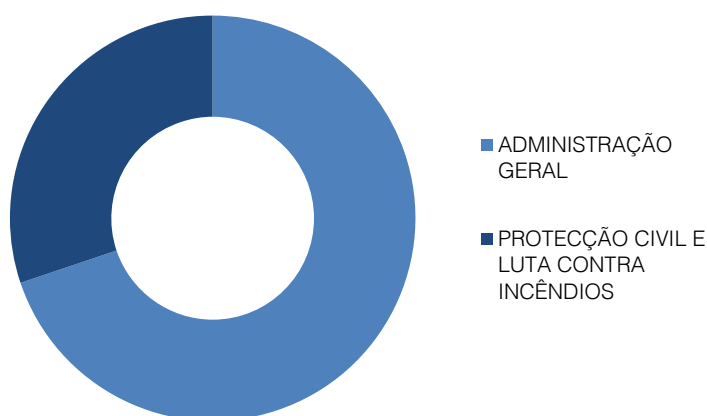
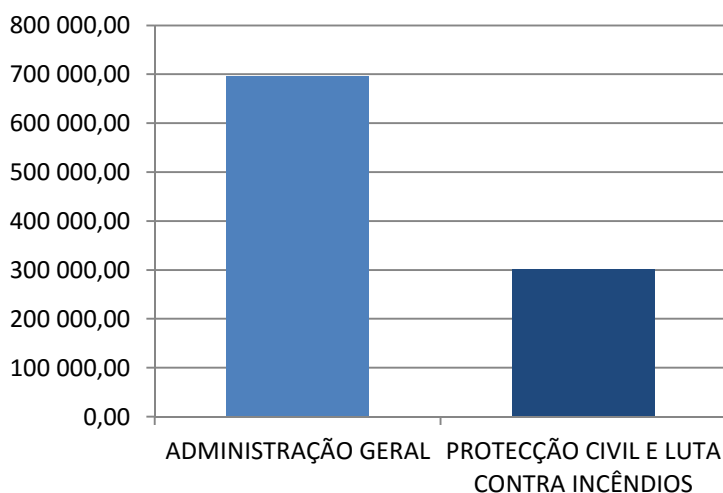
Nos domínios da administração geral e da protecção civil e luta contra incêndios.

Destques

- Aquisição de Imóveis com Interesse Municipal no valor de 141.439,91€
- Obras de Manutenção no Pavilhão de Feiras e Exposições no valor de 100.000€
- Subsídios anuais para as Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho de Penafiel no valor de 77.715,00€
- Execução do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Paço de Sousa, no valor de 223.041,73€ de investimento pago no ano de 2018.
- Aquisição de serviços na área de Seguros no montante de 184.599,11€
- Beneficiação e Reparação de Edifícios Municipais no montante de 65.371,62€



- Modernização Administrativa, Informática, Sistemas, Redes e Outros no valor de 56.969,75€



Funções Sociais

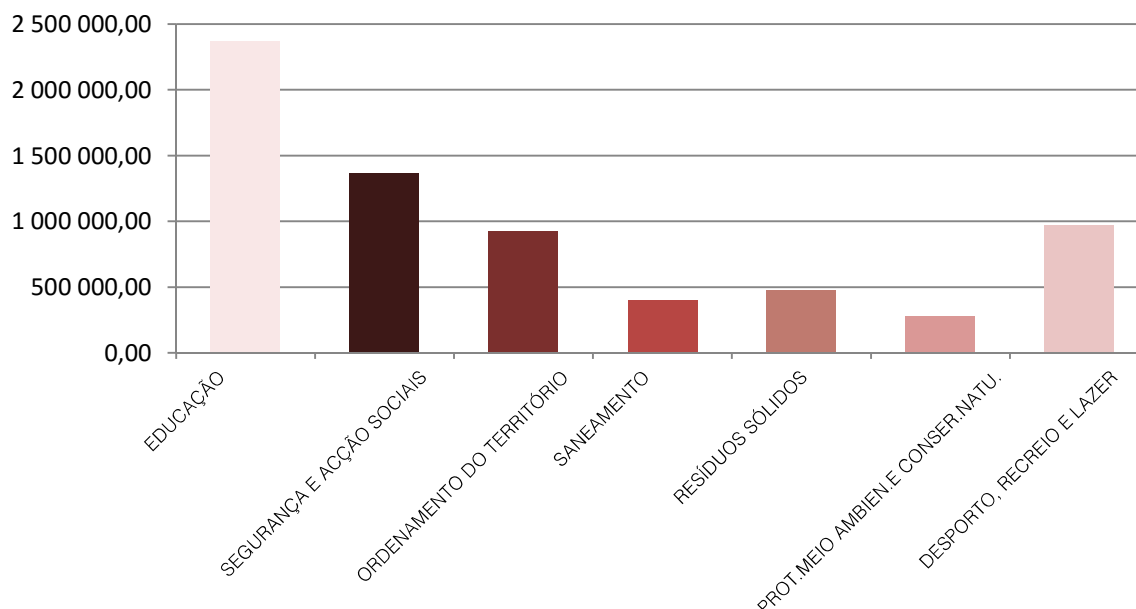
Nos domínios da educação, segurança e acção sociais, ordenamento do território, saneamento, resíduos sólidos, ambiente e conservação da natureza, desporto recreio e lazer.

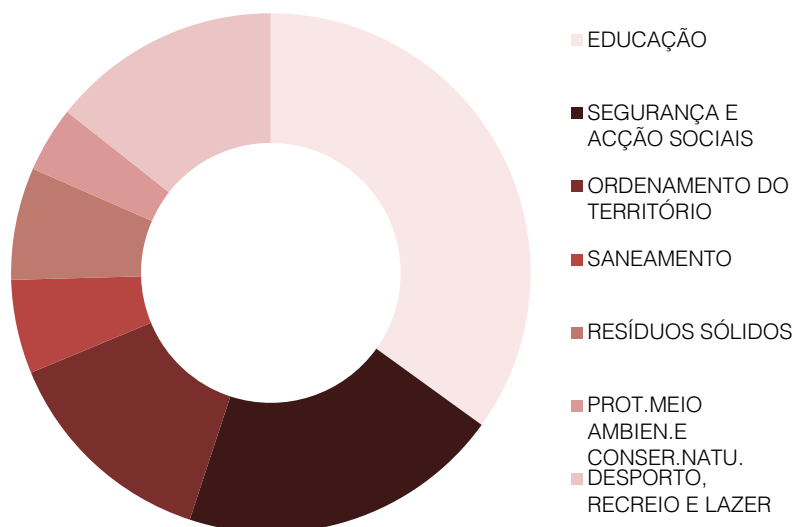
Destaques

- Grandes Reparações, Beneficiações e Adaptações em Edifícios Escolares no valor de 379.508,76€
- Equipamento, Mobiliário e Equipamento Informático para escolas, no montante de 109.913,37€
- Requalificação da Escola do Cruzeiro em Galegos, no montante de 289.943,32€
- Grandes reparações na Escola Primária e Pré-Primária de Cans, Rio de Moinhos, no valor de 79.702,09€



- Fornecimento de refeições transportadas e refeições com confecção local em Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Concelho de Penafiel, no montante de 250.683,41€
- Requalificação da Escola EB1/JI de S. Martinho de Recezinhos, 2.ª Fase, no valor de 69.801,23€
- Rede de transportes escolares que visa garantir a deslocação dos alunos de ensino básico e secundário, residentes no concelho, no montante de 1.182.541,56€
- Requalificação dos espaços públicos e vivenciais dos Bairros Sociais, no valor de 1.364.748,13€
- Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias, no montante de 874.426,84€
- Grande Reparação e Expansão das Redes de Esgotos e Águas Pluviais, no montante de 396.127,24€
- Exploração e Gestão de Aterro Sanitário (Inter Municipal), no montante de 437.242,32€
- Ampliação de Cemitérios nas Freguesias, no valor de 222.628,03€
- Beneficiação de Jardins no montante de 80.601,72€
- Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas Desportivas das Freguesias, no montante de 315.069,88€
- Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo no montante de 269.309,06€
- Reformulação das piscinas municipais exteriores de Penafiel no montante de 255.744,17€
- Manutenção Técnica das Piscinas Municipais, no valor de 70.249,26€



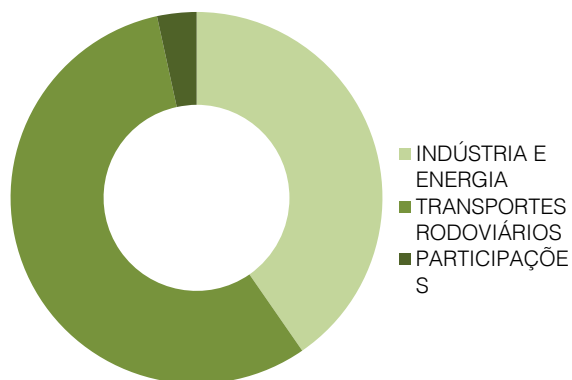
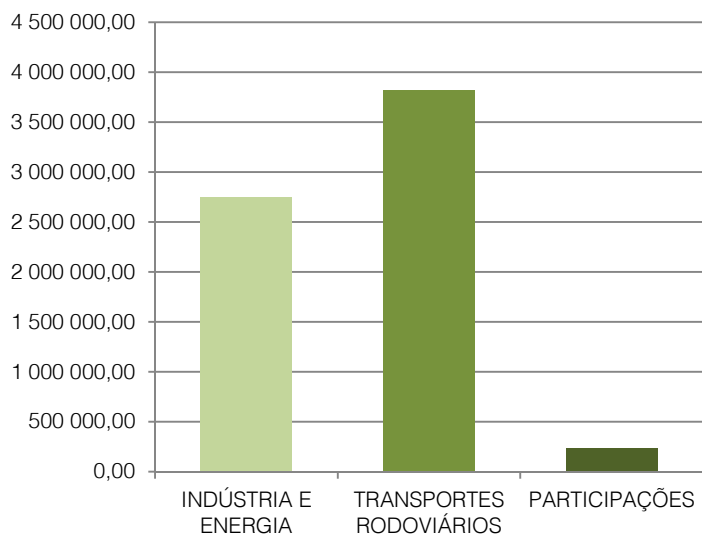


Funções Económicas

Nos domínios da indústria e energia, transportes rodoviários e participações em capital.

Destaques

- Construção de Instalações e/ou Infraestruturas Eléctricas no valor de 90.313,91€
- Loteamento da Zona Industrial de Recesinhos, Infraestruturas da 2.ª Fase, no montante de 249.276,22€
- Fornecimento contínuo de Energia Eléctrica às Instalações Alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN), incluindo Iluminação Pública, em Baixa Tensão Especial (BTE) e em Média Tensão (MT), no valor de 2.404.764,16€
- Construção e Grande Reparação de Arruamentos e Passeios para Regularização do Trânsito da Cidade e Freguesias, no montante de 327.480,42€
- Grandes Reparações de Outras Estradas e Caminhos, no montante de 1.711.523,09€
- Execução de Estradas e Caminhos Municipais no montante de 579.006,62€
- Criação de via para modos suaves, 1.ª Fase, no valor de 965.520,38€
- Aquisição de Semáforos, Sinais de Trânsito e Prevenção Rodoviária, no valor de 29.296,75€
- Aquisição e/ou Construção de Abrigos para Passageiros e Outro Mobiliário Urbano, no montante de 14.981,40€
- Acções do Domínio da Segurança Rodoviária no valor de 16.243,65€
- Sinalização Vertical e Horizontal de Estradas e Caminhos Municipais no montante de 72.916,87€
- Construção de Passadeiras Acessíveis no valor de 20.935,82€
- Aplicação de guardas metálicas de protecção, em diversas estradas e caminhos, na Cidade e Freguesias, no montante de 84.310,49€
- Subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal no valor de 232.184,00€



Outras Funções

No domínio das transferências entre administrações.

Destaques

- Transferências para Juntas de Freguesia no seguimento dos acordos de execução de acordo com a Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, no montante de 922.152,84€

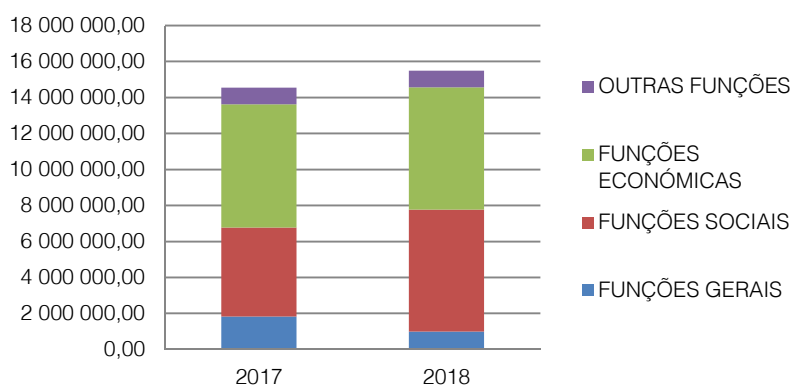




Evolução das Grandes Opções do Plano no biénio 2017/2018

Objectivo/Programa	2017	2018	Variação
FUNÇÕES GERAIS	1 827 124,91	996 994,17	-45,43%
FUNÇÕES SOCIAIS	4 942 291,19	6 779 097,93	37,17%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	6 854 132,90	6 798 753,78	-0,81%
OUTRAS FUNÇÕES	922 152,84	922 152,84	0,00%
TOTAL	14 545 701,84	15 496 998,72	6,54%

Evolução do peso das funções no biénio 2017/2018

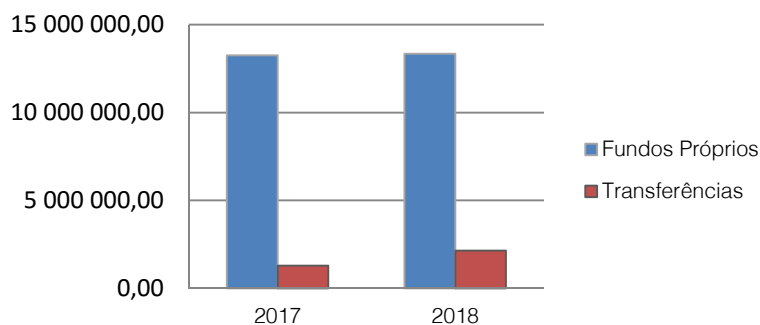


Fontes de financiamento das GOP

As fontes de financiamento das Grandes Opções do Plano de 2018, considerando os pagamentos realizados, foram conforme quadro seguinte:

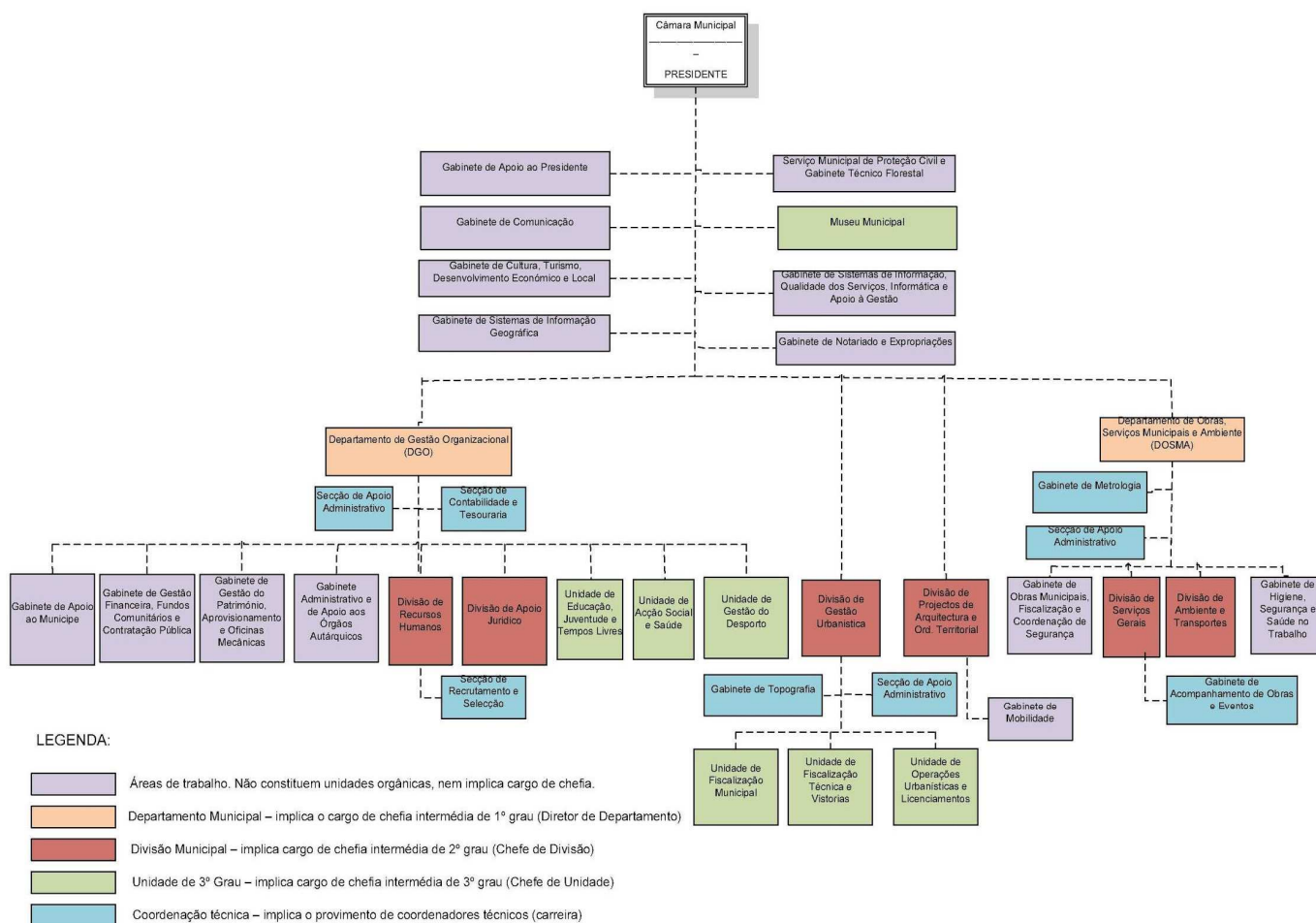
DESCRIÇÃO	TOTAL	PERCENTAGEM
Despesa total	15 496 998,72 €	100,00%
Fundos Próprios	13 348 958,09 €	86,14%
Transferências:	2 148 040,63 €	13,86%
• Fundos comunitários	1 895 478,90 €	
• Administração central	252 561,73 €	

Evolução do Financiamento das GOP





3. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL



Recursos Humanos

Durante alguns anos que foram marcados por uma situação de crise que se instalou no país e onde a tendência generalizada, apoiada em normas restritivas muito rígidas, apontaram não só no sentido de um total constrangimento em matéria de novos recrutamentos, como ainda para a diminuição do número de efectivos humanos ao serviço da Administração Pública, essa mesma tendência, apesar de aligeirada, permitiu em 2018 ao Município de Penafiel promover novos recrutamentos com o intuito de recuperar e ainda que não totalmente, uma parte do número de postos de trabalho existentes no Mapa de Pessoal no período anterior aos anos da crise económica e financeira que assolou o país.

Tendo lançado quatro procedimentos concursais para a carreira de Assistente Operacional em 2017 (actividades de Auxiliar de Serviços Gerais, Cozinheira, Canalizador e Electricista) o Município viu terminados estes procedimentos no decorrer do ano de 2018.



PREVPAP

Igualmente e com a publicação da Lei nº 112/2017, de 29 de Dezembro, que instituiu o Programa de Regularização Extraordinária de trabalhadores com Vínculo Precário na Administração Pública – PREVPAP, o Município de Penafiel procedeu à regularização de 34 trabalhadores (2 Técnicos Superiores da áreas de actividade de Educação Física e Desporto e de Ciências da Educação e 32 Assistentes Operacionais, das áreas de actividade de Auxiliar de Acção Educativa, Cantoneiros de Limpeza, Porta Miras e Auxiliar Administrativo), cujos postos de trabalho foram reconhecidos pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal, como necessidades permanentes e que se encontravam nas situações estabelecidas por aquele diploma legal.

No tocante às movimentações do Mapa de Pessoal da autarquia verificou-se a abertura de procedimento concursal para a admissão de:

Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado – CTTI

Relativamente ao movimento de entradas, verificou-se o seguinte durante o ano de 2018:

- 1 Técnico Superior da área de actividade de Arquitectura
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Educação Física e Desporto (PREVPAP)
- 1 Técnico Superior da área de actividade de Ciências da Educação (PREVPAP)
- 11 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Auxiliar de Acção Educativa (PREVPAP)
- 19 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Cantoneiro de Limpeza (PREVPAP)
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Porta Miras (PREVPAP)
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Auxiliar Administrativo (PREVPAP)
- 30 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Auxiliar de Serviços Gerais
- 20 Assistentes Operacionais para a área de actividade de Cozinha
- 1 Assistente Operacional para a área de actividade de Electricista
- 3 Regressos de Licença sem Remuneração;



Município de Penafiel

- 6 Mobilidades entre órgãos ou serviços
- 2 Comissão de Serviço para Gabinete de Apoio Pessoal- Órgãos da Autarquia

Contratos de Trabalho a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial

- 10 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC),

Saídas de efectivos

No tocante a saídas de efectivos, registaram-se em 2018 as saídas de um total de 136 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal:

- 100 por caducidade do contrato;
- 13 por rescisão do contrato;
- 9 por aposentação;
- 4 Mobilidade interna entre órgãos ou serviços (1 consolidada);
- 1 Denúncia de contrato em fase de período experimental;
- 1 Gabinete de Apoio Pessoal – Órgãos da Autarquia
- 1 Comissão de Serviço em outro organismo

Verificaram-se, ainda, as seguintes movimentações relativas a licenças sem remuneração, previstas no artº 280ª da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

- 7 Licenças sem Remuneração;

Outras situações – Mapa de Pessoal

- 1 situação de Estatuto de Bolseiro de Investigação iniciada em 2018.
- 21 situações de Cedência de Interesse Público.
- 2 situações de consolidação definitiva em outros organismos.
- 1 situação de licença de parentalidade por filho com deficiência, nos termos do artº 53º, nº 1, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, na sua actual redação.



Comissão de Serviço

Foram renovadas em 2018 quatro comissões de serviço das seguintes unidades orgânicas, por Despachos do Presidente da Câmara Municipal datados de 29 de Junho e 12 de Setembro de 2018, com a produção de efeitos a partir das datas abaixo discriminadas:

- Director do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, a partir de 1 de Outubro de 2018;
- Chefe da Divisão de Projectos e Arquitectura, a partir de 1 de Outubro de 2018;
- Chefe da Divisão de Ambiente e Transportes, a partir de 1 de Outubro de 2018;
- Director do Departamento de Gestão Organizacional, a partir de 20 de Novembro de 2018;

Formação Profissional

A componente da formação continuou a ser encarada em 2018 como uma vertente de importância capital para o desenvolvimento e crescimento profissional dos trabalhadores do município. Para finalizar e em matéria de formação profissional, como meio e garantia de reforço das competências de trabalho dos trabalhadores ao serviço do município, no ano de 2018 estiveram envolvidos um total 90 funcionários da autarquia, num universo de 44 acções de formação, a que correspondem 2.633h30m de formação.

4. RELATÓRIO FINANCEIRO

Análise Patrimonial

Na sequência do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Gestão Organizacional no âmbito da fase de transição para a implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP), com o objectivo de identificar os problemas existentes no cadastro e inventário de bens do Município de Penafiel; dadas as alterações introduzidas pelo SNC-AP, em que é revogado o classificador do Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), e consequentes tarefas de reclassificação de todos os registos do património existentes; tendo em conta as reservas do auditor, constantes da certificação legal de contas, relativas ao processo de levantamento e registo; tendo sido detectados um conjunto de bens patrimoniais cujos critérios de reconhecimento não se verificam de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.



Mostraram-se necessárias correcções significativas no cadastro e inventário de bens da autarquia com vista a obter uma imagem mais verdadeira e apropriada do balanço de abertura, uma informação que seja um espelho da realidade contabilística. Assim, procedeu-se ao registo dos ajustamentos, iniciados no exercício de 2017, com reflexo ainda no exercício de 2018, face ao último Balanço de 2017, através do abate de bens e regularização de amortizações, de forma a constituir o Balanço de fecho do ano de 2018.

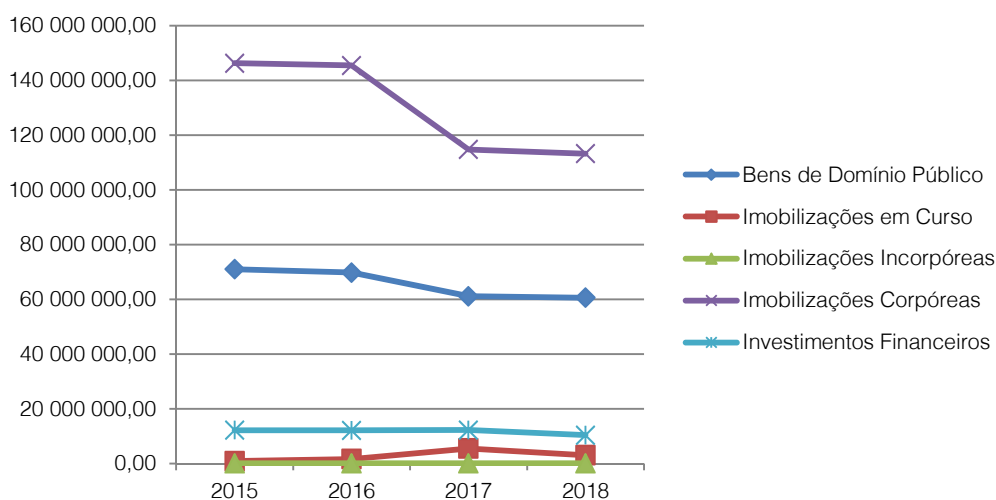
Estrutura dos activos

O Activo Líquido a 31 de Dezembro de 2018, deduzido das amortizações, atingiu os 187,1 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), representando uma variação negativa de cerca de 6,3 milhões de euros, face ao exercício de 2017, conjugada com a redução das rubricas de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros em 1,5 e 1,8 milhões de euros, respetivamente, e a diminuição dos bens de domínio público, em 0,5 milhões de euros, bem como das imobilizações em curso, na ordem dos 2,4 milhões.

Os mapas e gráficos seguintes apresentam, em síntese, a estrutura dos activos municipais e sua variação face a exercícios anteriores.

Imobilizado	2016	2017	2018	Variação homóloga	
				Valor	%
Bens de Domínio Público	69 759 482,10	61 123 372,10	60 585 780,90	-537 591,20	-0,88%
Imobilizações em Curso	1 621 842,10	5 471 605,83	3 036 533,30	-2 435 072,53	-44,50%
Imobilizações Incorpóreas	30 000,00	30 000,00	30 000,00	0,00	0,00%
Imobilizações Corpóreas	145 448 516,32	114 740 146,12	113 189 533,58	-1 550 612,54	-1,35%
Investimentos Financeiros	12 092 711,29	12 211 203,75	10 356 659,07	-1 854 544,68	-15,19%
TOTAL	228 952 551,81	193 576 327,80	187 198 506,85	-6 377 820,95	-3,29%

Evolução do Imobilizado





Investimentos Financeiros

Partes de Capital

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2017		Participação em 31/12/2018	
			%	Valor	%	Valor
PENAFIEL VERDE EM	Penafiel	EM	100	6,000,000.00	100	6,000,000.00
PENAFIEL ACTIVA EM	Penafiel	EM	100	50,000.00	100	50,000.00
AMBISOUZA-EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	Lousada	EIM	1,666	25,000.00	1,666	25,000.00
SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	V.N.Gaia	S.A.	2,70	620,945.00	2,70	620,945.00
CARNAGRI - MATADOURO REGIONAL VALE SOUSA E BAIXO TÂMEGA, S.A.	Penafiel	SA	2,13	139,852.95	2,13	139,852.95
TUREL - TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO ⁽¹⁾	Braga	CRL		5,000.00		5,000.00
DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA	Marco de Canaveses	CRL		1,250.00		1,250.00
INCUBADORA DO VALE DO SOUSA	Penafiel	ASS		100,000.00		100,000.00

(1) A cooperativa encontra-se em processo de liquidação. Segundo informação do administrador de insolvência, nenhum dos cooperantes receberá qualquer valor, uma vez que o valor do activo é inferior ao do passivo. Prevemos que a regularização contabilística do investimento financeiro que ainda se encontra refletido nas contas do Município de Penafiel seja efectuada no exercício de 2019.

Outras participações

Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2017		Participação em 31/12/2018	
			%	Valor	%	Valor
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	Penafiel	AM	9,09	-	9,09	-
AMVS - Associação de Municípios do Vale do Sousa	Penafiel	AM	16,67	-	16,67	-

Obrigações e Títulos de Participação

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM (Fundo de Apoio Municipal). O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000. No n.º 3 do supra mencionado artigo estava prevista a fórmula de cálculo para apurar, com base na contribuição global dos municípios, o montante imputável a cada um deles. No caso do Município de Penafiel, o valor era de 1.625.267,09€.



Com entrada em vigor do Orçamento de Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Município de Penafiel. Como tal, tornou-se necessário promover o acerto dos registos contabilísticos.

Nome	Participação em 31/12/2017		Capital Realizado até 31/12/2018
	%	Valor	Valor
Fundo de Apoio Municipal	100	1.625.267,09	1.044.814,50

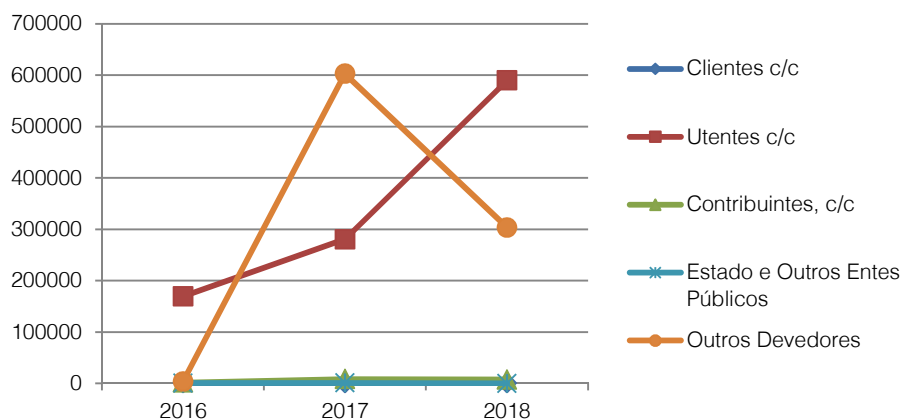
Através desta alteração, nos anos de 2018 a 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo município será reduzido de 25% a 100%, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

Dívida de Terceiros

Verificou-se um ligeiro crescimento da dívida de terceiros no exercício de 2018, no montante de 7702,72€, em comparação com igual período do exercício anterior. Os valores apresentados resultam essencialmente de valores em dívida referentes a protocolos de execução de obras de investimento, no valor de 299.459,71€, facturação relativa a Resíduos Sólidos Urbanos, no montante de 337.605,92€, e Taxa de Ocupação do Subsolo (TOS) no valor de 76.801,50€.

Dívidas de Terceiros	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Clientes c/c	324,85	314,92	314,92	0,00	0,00%
Utentes c/c	169 142,35	280 364,05	589 668,16 ⁽¹⁾	309 304,11	110,32%
Contribuintes, c/c	1 741,28	8 640,75	7 636,42	-1 004,33	-11,62%
Estado e Outros Entes Públicos	776,25	1 137,35	0,00	-1 137,35	-100,00%
Outros Devedores	3 376,32	602 806,12	303 346,41	-299 459,71	-49,68%
Total	175 361,05	893 263,19	900 965,91	7 702,72	0,86%

Evolução das dívidas de terceiros





Disponibilidades

Face a 2017, as disponibilidades registaram um acréscimo de 37.715,35 euros, fixando-se em 1.004.694,85 euros. Deste total, 662.569,27 euros são referentes a operações de tesouraria, o saldo das operações orçamentais fixou-se nos 342.125,58 euros.

Acréscimo de proveitos

Procedemos à especialização de proveitos recebidos em janeiro de 2019 mas cujo reconhecimento contabilístico ocorre no exercício de 2018. Estas operações, referentes ao apuramento de dezembro de Impostos Directos - Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis, Derrama e respectivos juros compensatórios e de mora, bem como da renda de concessão à EDP do 4.º trimestre, totalizaram o montante de 675.481,40 euros.

Estrutura do Passivo

No exercício de 2018 as dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo diminuíram cerca de 6,2 milhões de euros.

Dívidas a Terceiros	2016	2017	2018	Variação	
Total	23 454 157,02	30 912 781,72	24 717 802,18	-6 194 979,54	-20,04%

O total do passivo da Autarquia apresenta uma redução na ordem dos 5 milhões de euros, em relação ao exercício de 2017, representando um decréscimo de 7,5%.

Passivo	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Empréstimos - Médios e Longo Prazo	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	-1 188 737,74	-13,06%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	13 162 866,24	21 813 823,62	16 807 581,82	-5 006 241,80	-22,95%
Acréscimos e Diferimentos	34 744 151,23	35 034 359,38	36 257 966,36	1 223 606,98	3,49%
Total	58 198 308,25	65 947 141,10	60 975 768,54	-4 971 372,56	-7,54%

As dívidas de curto prazo a terceiros representam cerca 27% do total do passivo, os empréstimos de médio e longo prazo equivalem a 13%. A conta de Acréscimos e Diferimentos ocupa a maior fatia, cerca de 60%.

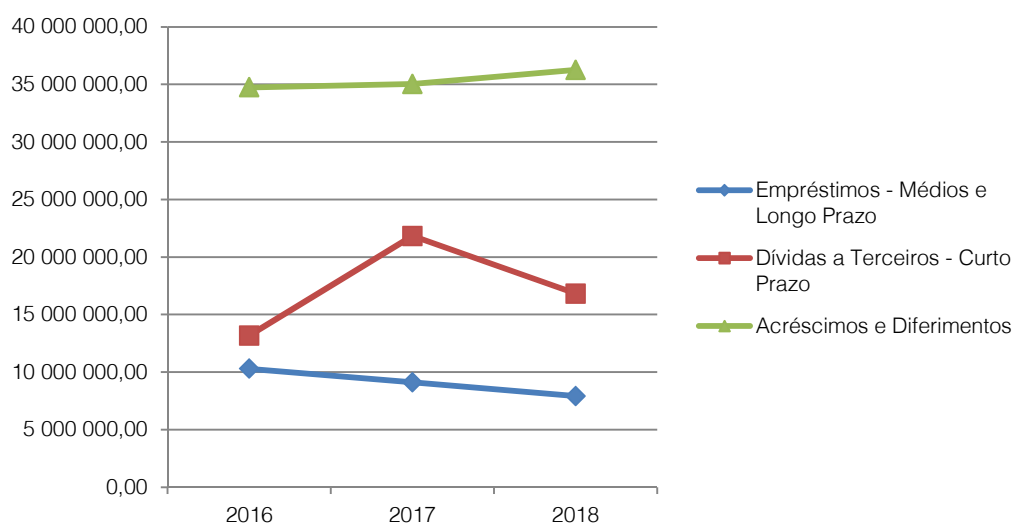
A contabilização na rubrica de Acréscimos e Diferimentos diz respeito a subsídios ou transferências para investimentos associados a ativos amortizáveis, susceptíveis de serem amortizados em mais do que um ano, e incluem-se na conta 2745 – Subsídios para investimentos da classificação patrimonial do POCAL. Os subsídios para investimentos associados a activos assumem especial relevo na componente de prestação de contas,



sendo a sua contabilização como proveito diferido fundamental para o apuramento da situação real do Balanço e da Demonstração de Resultados da entidade.

Na verdade, e uma vez que os investimentos não são suportados na totalidade pela autarquia local, dado serem co-financiados através de fundos, nacionais e/ou comunitários, o custo da sua depreciação deverá ser “corrigido”. Assim, anualmente, tal correção deve ser transferida numa base sistemática para a conta 7983 “Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital”, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do co-financiamento.

Evolução das rubricas do passivo



Evolução das dívidas a terceiros

Os empréstimos de médio e longo prazo ascendem, no final de 2018, a 7,9 milhões de euros, **registando um redução de 1,1 milhões de euros face ao ano anterior**. Esta redução resulta do pagamento do serviço da dívida de empréstimos contraídos em anos anteriores.

Dívidas a Terceiros médio/longo prazo	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Empréstimos bancários	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	-1 188 737,74	-13,06%
Total	10 291 290,78	9 098 958,10	7 910 220,36	-1 188 737,74	-13,06%

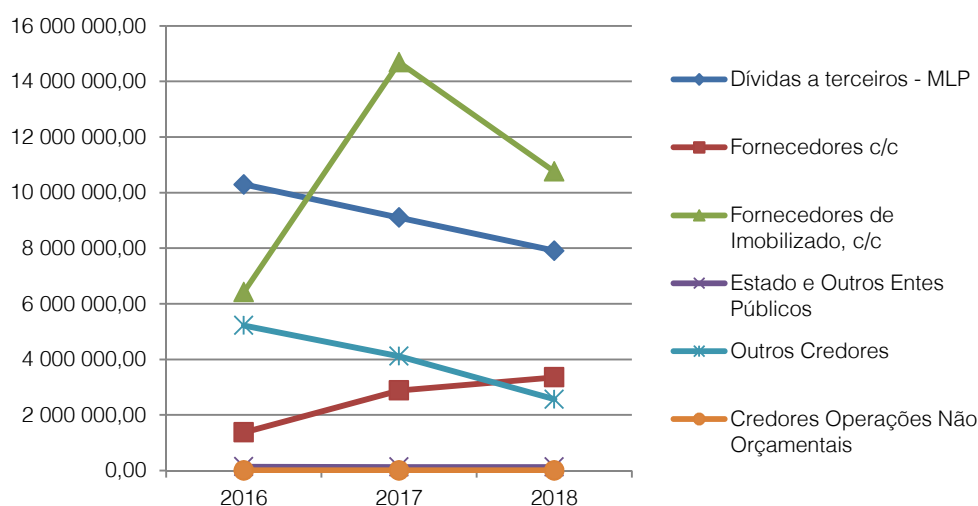
O valor das dívidas a terceiros de curto prazo, que representa 27,6% do passivo da autarquia, ascende a 16,8 milhões de euros, **registando uma redução de cerca de 5 milhões euros (-22,9%)** face ao exercício de 2017. A dívida total a fornecedores (fornecedores conta corrente e fornecedores de imobilizado) totaliza 14.1 milhões de euros, menos 3,4 milhões de euros que o valor registado no ano anterior.



No final de 2018 a dívida de curto prazo a outros credores - cujo saldo respeita fundamentalmente à contabilização de operações que decorrem de contratos de factoring, atingiu os 2,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição 1,5 milhões de euros face a 2017.

Dívidas a Terceiros curto/prazo	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Fornecedores c/c	1 374 136,61	2 883 087,77	3 351 656,75	468 568,98	16,25%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	6 424 807,55	14 685 887,52	10 756 269,46	-3 929 618,06	-26,76%
Estado e Outros Entes Públicos	139 081,04	127 815,17	126 989,96	-825,21	-0,65%
Outros Credores	5 218 246,72	4 110 438,84	2 566 071,33	-1 544 367,51	-37,57%
Credores Operações Não Orçamentais	6 594,32	6 594,32	6 594,32	0,00	0,00%
Total	13 162 866,24	21 813 823,62	16 807 581,82	-5 006 241,80	-22,95%

Evolução das dívidas a terceiros



Pagamentos em atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao **ano de 2017**, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Orçamento de Estado para 2017), as reduções legalmente estipuladas não se verificaram. Cumprindo o disposto no n.º 3 do supracitado artigo 74.º, houve lugar à redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente ao valor da redução em falta, no valor de 975.097,42€. Esta redução, é efectuada através da retenção mensal de 10% das transferências, com exceção do Fundo Social Municipal, até perfazer o valor total. No exercício de 2018, foram retidos 237.738€, que, nos termos do artigo 76.º da LOE/2017, foram afetos ao Fundo de Regularização Municipal, servindo para pagar dívidas a terceiros.



No exercício de 2018, e de acordo com n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018), o Município de Penafiel deveria reduzir, até ao final do ano, no mínimo 10 %, 951.286,50€, dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais à data de setembro de 2017, no montante de 9.512.865,09€. No final do exercício de 2018 apurou-se um valor total de 12.648.557,23.

Até ao final de 2019, e de acordo com o n.º 1 do artigo 89.º da Lei n.º 71/2018, de 31/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2019), o Município de Penafiel deverá reduzir no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, no valor de 1.532.560,49€, registados no SIIAL à data de setembro de 2018, no montante de 15.325.604,93€.

Endividamento Municipal e Limite da dívida total

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município é apurado do seguinte modo: "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Cálculo do limite da dívida total para 2018

Dívida Total							
Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital excecionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
45 376 769	01/01/2018						
	30 912 782	6 176 154	37 088 935	35 605 144		9 771 625	1 954 325
	31/12/2018						
	25 297 291	72 803	25 370 094	24 012 575		21 364 195	4 272 839
Variação da Dívida %							-32,56%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							13 546 895

Verificando-se o cumprimento dos limites de endividamento previstos para o Município de Penafiel, de acordo com o n.º 6 do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019), o município será excluído do âmbito de aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua redação atual, uma vez que, a 31 de dezembro de 2018, cumpria as obrigações de reporte ao Tribunal de Contas e à DGAL



e os limites de endividamento previstos, respetivamente, no artigo 52.º e no n.º 8 do artigo 55.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Assim, será dispensado o envio do mapa dos fundos disponíveis através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIL) da DGAL, mantendo -se a obrigatoriedade de reporte dos pagamentos em atraso. De acordo o n.º 7 do artigo 88.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a aferição da exclusão a que se refere o número anterior é da responsabilidade das autarquias locais, produzindo efeitos após a aprovação dos documentos de prestação de contas e a partir da data da comunicação à DGAL da demonstração do cumprimento dos referidos limites.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, "só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

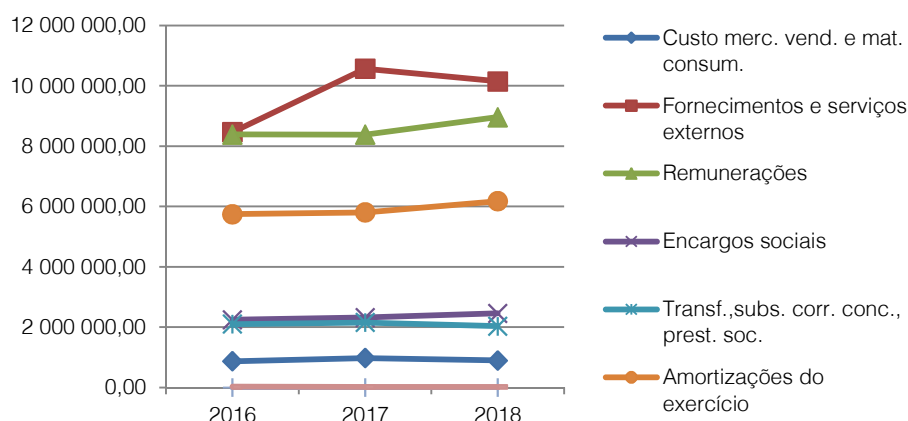
Demonstração - Resultados Operacionais

É o resultado gerado pela actividade municipal, sendo apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais (vendas, prestação de serviços, transferências obtidas, outros proveitos operacionais) e os Custos Operacionais (compras, salários e encargos, custos gerais, transferências efectuadas e amortização do imobilizado).

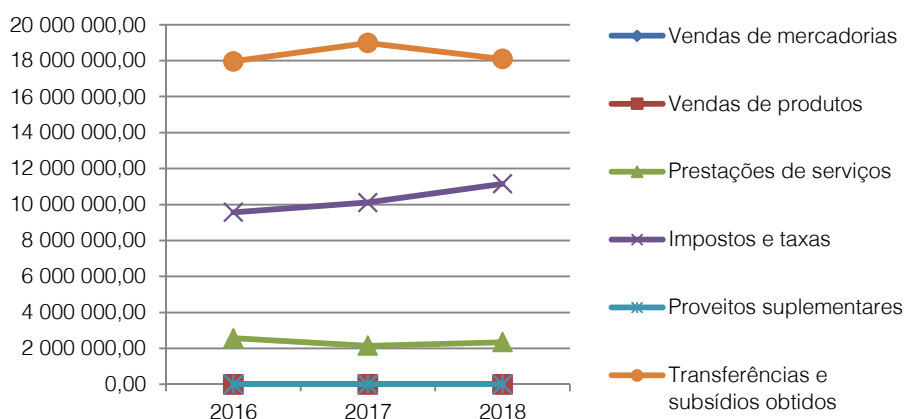
Resultados Operacionais	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	867 077,96	972 365,00	894 960,70	-77 404,30	-7,96%
Fornecimentos e serviços externos	8 467 203,23	10 567 498,84	10 146 023,36	-421 475,48	-3,99%
Remunerações	8 385 293,73	8 378 524,69	8 957 607,25	579 082,56	6,91%
Encargos sociais	2 244 185,66	2 315 770,01	2 452 572,62	136 802,61	5,91%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	2 097 529,07	2 152 483,35	2 029 483,71	-122 999,64	-5,71%
Amortizações do exercício	5 744 485,80	5 801 576,13	6 175 944,06	374 367,93	6,45%
Outros custos e perdas operacionais	25 401,69	17 419,84	20 862,06	3 442,22	19,76%
Total dos Custos	27 831 177,14	30 205 637,86	30 677 453,76	471 815,90	1,56%
Vendas de mercadorias	31,88	15,15	46,40	31,25	206,27%
Prestações de serviços	2 562 493,18	2 145 329,71	2 340 146,52	194 816,81	9,08%
Impostos e taxas	9 567 263,81	10 108 816,03	11 154 648,64	1 045 832,61	10,35%
Transferências e subsídios obtidos	17 961 596,27	18 984 348,54	18 095 163,96	-889 184,58	-4,68%
Total dos Proveitos	30 091 385,14	31 238 509,43	31 590 005,52	351 496,09	1,13%
Resultados Operacionais	2 260 208,00	1 032 871,57	912 551,76	-120 319,81	-11,65%



Evolução de Custos Operacionais



Evolução de Proveitos Operacionais



Demonstração - Resultados Financeiros

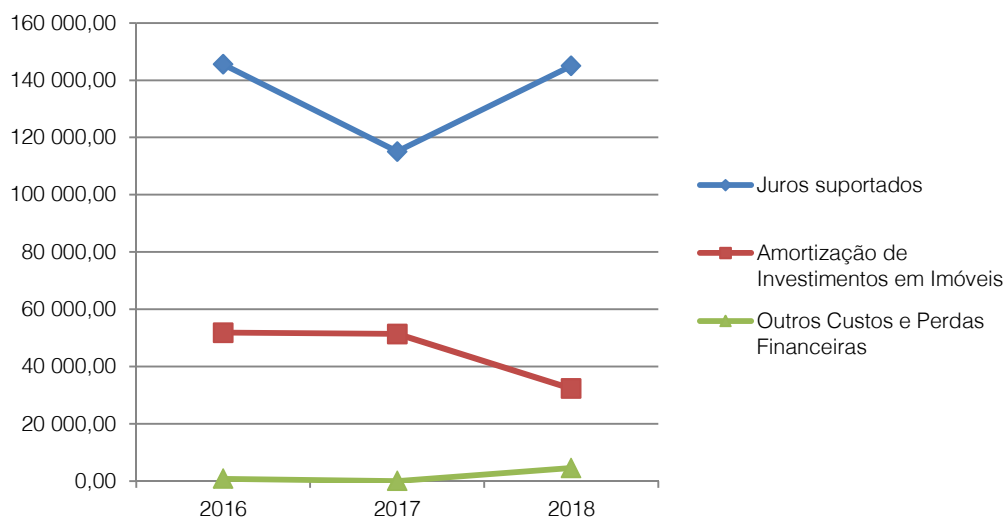
O Resultado Financeiro é apurado pela diferença entre Custos e Perdas e Proveitos e Ganhos, ambos de natureza essencialmente financeira (juros suportados e obtidos, ganhos e perdas em amortizações e rendimentos de imóveis)

Resultados Financeiros	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Juros suportados	145 593,27	115 071,37	145 023,19	29 951,82	26,03%
Amortização de Investimentos em Imóveis	51 804,50	51 381,26	32 293,66	-19 087,60	-37,15%
Outros Custos e Perdas Financeiras	741,90	0,00	4 500,00	4 500,00	
Total Custos e Perdas	198 139,67	166 452,63	181 816,85	15 364,22	9,23%
Rendimentos de Imóveis	1 290 149,79	1 303 482,05	1 312 523,15	9 041,10	0,69%
Rendimentos de Participação de Capital	0,00	0,00	1 315,04	1 315,04	
Total Proveitos e Ganhos	1 290 149,79	1 303 482,05	1 313 838,19	10 356,14	0,79%
Resultados Financeiros	1 092 010,12	1 137 029,42	1 132 021,34	-5 008,08	-0,44%



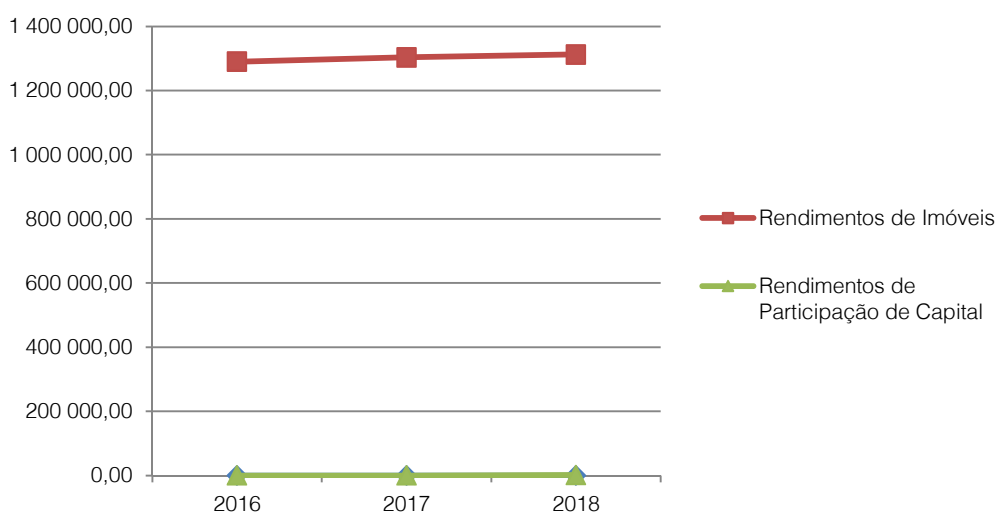
Nos Encargos Financeiros incluem-se todos os juros e custos de carácter financeiro suportados, sejam de dívida bancária sejam de dívida comercial.

Evolução de Custos Financeiros



A conta “rendimentos de imóveis” engloba exploração dos parques eólicos da Boneca, Boneca II, Sebolido, Torrão, a contrapartida pela instalação de parte das barragens de Crestuma e Torrão em território do Município, contrapartida pela produção relativa aos centros electroprodutores e a renda de concessão à EDP. Como rendimentos de participações em capital registou-se a distribuição de resultados referentes ao Fundo de Apoio Municipal.

Evolução de Proveitos Financeiros





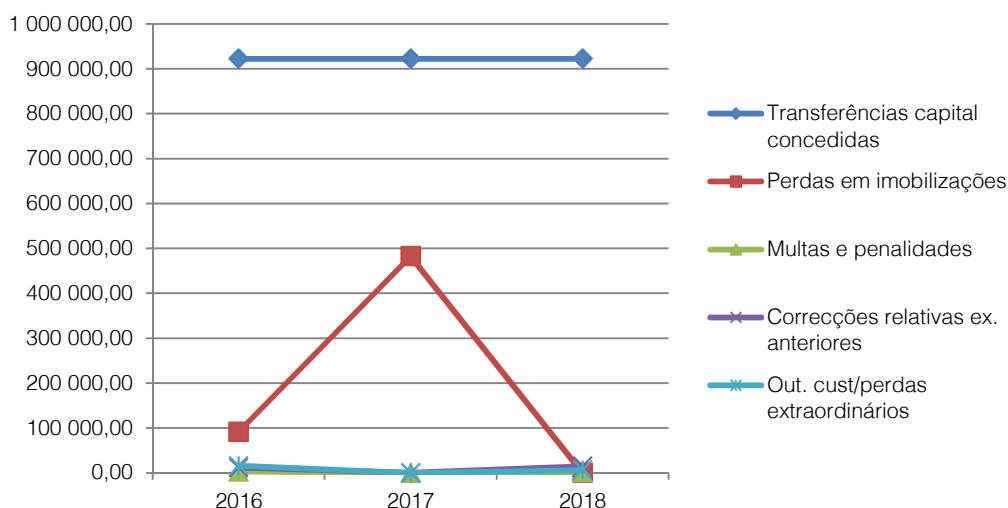
Demonstração - Resultados Extraordinários

Diferença apurada entre “custos e perdas” e “proveitos e ganhos”, com respeito a operações meramente ocasionais ou eventuais. As transferências de capital foram consideradas individualmente enquanto um dos segmentos destes custos.

Resultados Extraordinários	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Transferências capital concedidas	922 152,84	922 152,84	922 152,84	0,00	0,00%
Perdas em imobilizações	91 424,89	482 495,17	0,00	-482 495,17	-100,00%
Multas e penalidades	3 157,42	0,00	1 292,50	1 292,50	
Correcções relativas ex. anteriores	11 568,58	86,57	14 879,61	14 793,04	17087,95%
Out. cust/perdas extraordinários	15 777,03	0,00	6 120,00	6 120,00	
Total Custos e Perdas	1 044 080,76	1 404 734,58	944 444,95	-460 289,63	-32,77%
Ganhos em imobilizações	607 343,00	1 000,00	619 476,99	618 476,99	61847,70%
Benefícios penalidades contratuais	83 596,09	227 433,11	50 199,20	-177 233,91	-77,93%
Redução Amort. Provisões	19 821,34	0,00	0,00	0,00	
Correcções relativas ex. anteriores	19 650,18	0,00	0,00	0,00	
Outros prov/ganhos extraordinários	891 414,72	900 907,88	855 601,31	-45 306,57	-5,03%
Outros	63 080,77	27 153,71	135 048,71	107 895,00	397,35%
Total Proveitos e Ganhos	1 684 906,10	1 156 494,70	1 660 326,21	503 831,51	43,57%
Resultados Extraordinários	640 825,34	-248 239,88	715 881,26	964 121,14	

Nos movimentos do exercício de 2018, o montante de custos e perdas extraordinários resulta fundamentalmente da transferência de capital para as freguesias respeitantes aos acordos de execução no âmbito da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Evolução de Custos Extraordinários

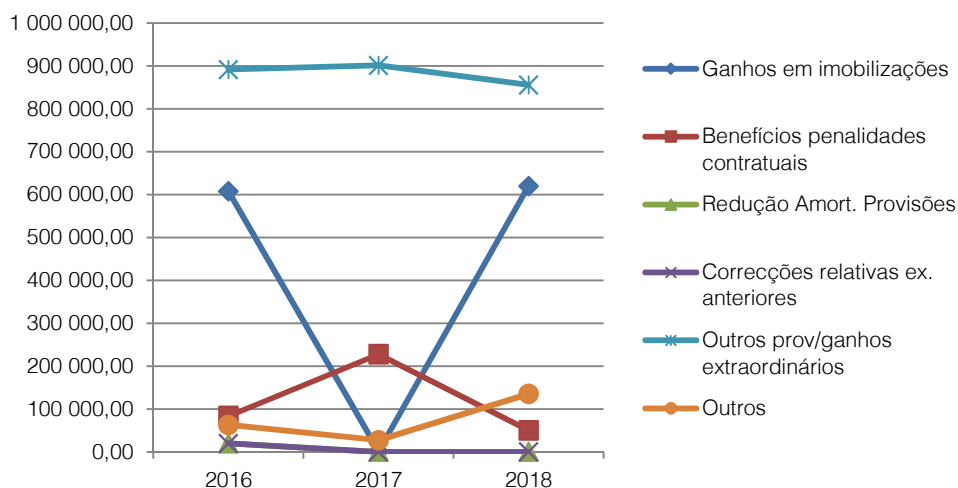


Nos proveitos e ganhos, destaque para especialização de subsídios ao investimento, no montante de 815.576,31€ e a alienação de imobilizações corpóreas - nomeadamente a garantia accionada referente à venda de terrenos no valor de 300.000€, a venda de



imóveis municipais no valor de 288.138,37€, processos de expropriações no valor de 105.777,71€, e de retoma de máquinas e viaturas no montante de 31.338,62€.

Evolução de Proveitos Extraordinários

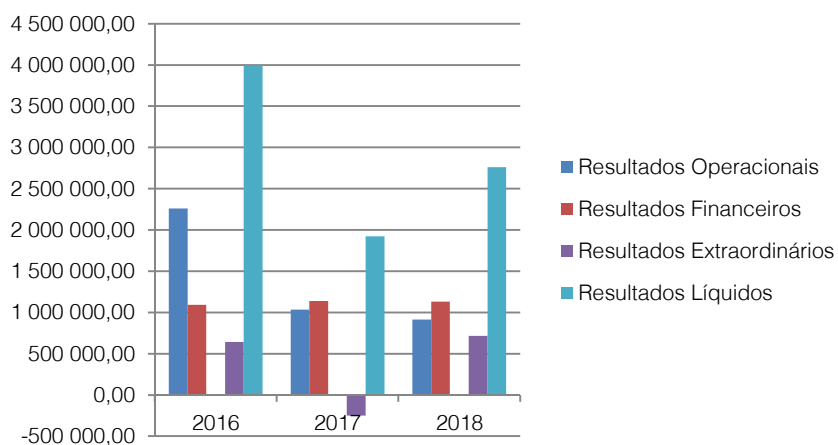


Resultados Líquidos do Exercício

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados resultou **um resultado positivo de 2.760.454,36 euros no exercício de 2018.**

Demonstração de Resultados	2016	2017	2018	Variação	
				Valor	%
Resultados Operacionais	2 260 208,00	1 032 871,57	912 551,76	-120 319,81	-11,65%
Resultados Financeiros	1 092 010,12	1 137 029,42	1 132 021,34	-5 008,08	-0,44%
Resultados Extraordinários	640 825,34	-248 239,88	715 881,26	964 121,14	
Resultado Líquido	3 993 043,46	1 921 661,11	2 760 454,36	838 793,25	43,65%

Evolução dos Resultados Líquidos





Proposta de aplicação dos resultados

Em 2018 o Resultado Líquido do Exercício (RLE) apurado foi de 2.760.454,36 euros. Deste montante, 5% do valor de RLE, no total de 138.022,72 euros, será transferido para reservas legais, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL. Para património serão transferidos 2.622.431,64 euros.

5. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Equilíbrio Orçamental

O POCAL consagra no ponto 3.1.1. o princípio do equilíbrio orçamental para as autarquias, ao estabelecer que o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Obriga também a que as receitas correntes sejam, pelo menos, iguais às despesas correntes. De acordo com o art.º 40º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) foi determinado um novo equilíbrio orçamental a cumprir a partir de 2015, diferente do estipulado no POCAL (D.L. n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e posteriores alterações) e que tacitamente foi revogado quanto ao referido ponto 3.1.1.

Verifica-se que este equilíbrio foi cumprido em 2018 em termos orçamentais e de execução (receita cobrada/pagamentos), quer no momento inicial da sua aprovação, quer após modificações orçamentais. A “Regra do Equilíbrio Orçamental” foi cumprida se atendermos à Receita Corrente Cobrada, à Despesa Corrente paga e amortizações de empréstimos de MLP pagas até ao final do ano, conforme se demonstra no quadro seguinte:

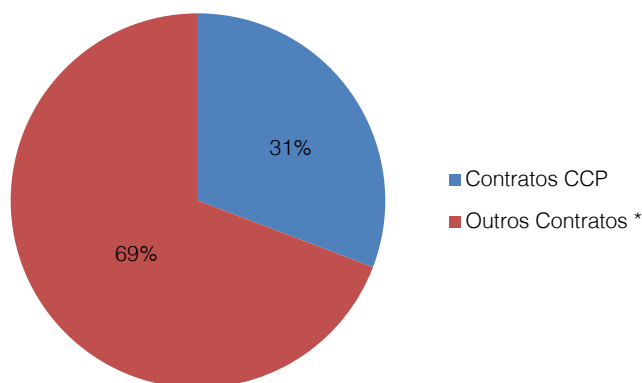
	2018	Receita Bruta Corrente Orçada (Ano) (1)	Despesa Corrente Orçada (Ano) (2)	Média das amortizações de Emp. MLP (3)	Diferença (1) ≥ (2) + (3)
Novo conceito de equilíbrio da RFALEI	Orçamento inicial	48 414 536,00 €	31 669 091,03 €	1 081 906,58 €	15 663 538,39 €
	Orçamento após Modificações Orçamentais	48 414 536,00 €	32 057 006,32 €	1 081 906,58 €	15 275 623,10 €
	2018	Receita Bruta Corrente Cobrada (Ano) (1)	Despesa Corrente paga (Ano) (2)	Amortizações pagas de Emp. MLP (3)	Diferença (1) ≥ (2) + (3)
Novo conceito de equilíbrio da RFALEI	Execução	30 525 794,88 €	22 753 997,55 €	1 081 906,58 €	6 689 890,75 €



Contratação Pública

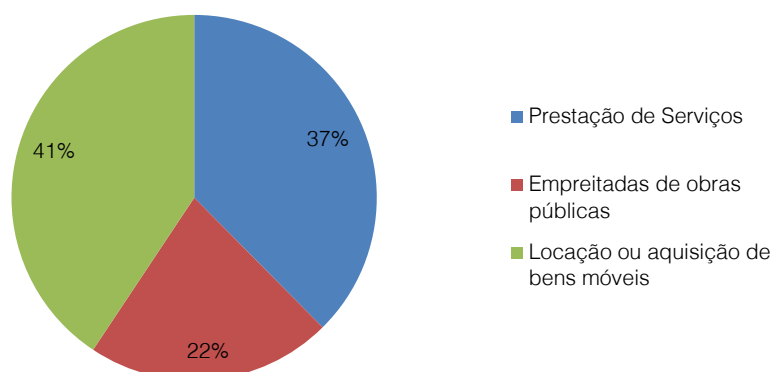
A contratação pública é o instrumento legal de atuação do Município de Penafiel e de afetação dos seus recursos, e que regula, através do Código da Contratação Pública, a formação e execução dos contratos públicos.

O Município de Penafiel, durante o ano de 2018, contratualizou administrativamente 28.345.872,16€ (informação retirada do sistema POCAL da Medidata). Neste valor estão incluídos todos os tipos de contratos administrativos, sendo que 8.729.101,87€ dizem respeito a contratos precedidos de procedimentos de contratação pública e os restantes 19.616.770,29€ dizem respeito a outro tipo de contratos.

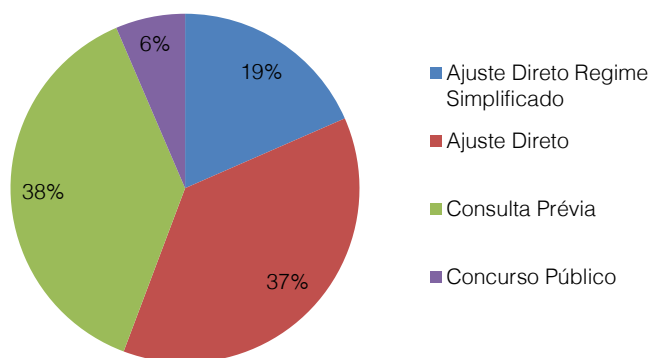


* Vencimentos, subsídios, comparticipações, taxas e impostos, quotas e outras transferências correntes e de capital

No que diz respeito aos contratos regulados pelo Código da Contratação Pública, podemos classifica-los por tipo de contrato: Aquisição de serviços, Locação ou aquisição de bens móveis e Empreitadas de obras públicas. Esta divisão está patente no gráfico seguinte:

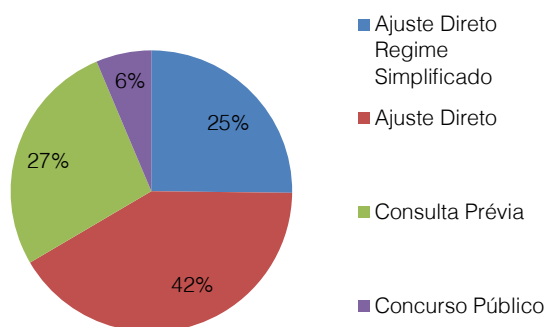


Relativamente ao tipo de procedimento que deram origem a estes contratos, podemos dividi-los em Ajuste Direto Regime Simplificado, Ajuste Direto, Consulta Prévia e Concurso Público:

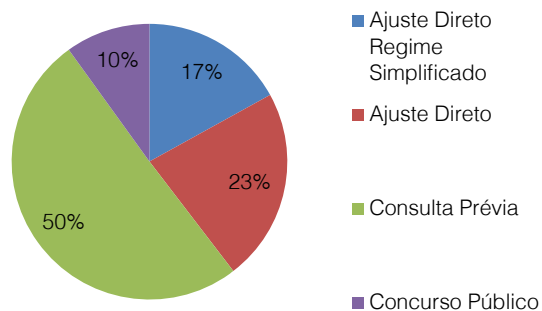


No que diz respeito ao cruzamento de tipos de contrato e tipos de procedimento adotados, temos a seguinte divisão:

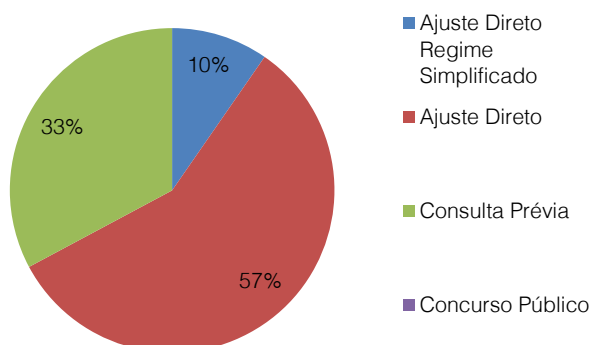
Aquisição de Serviços



Locação ou Aquisição de Bens Móveis



Empreitadas de Obras Públicas





Execução Orçamental

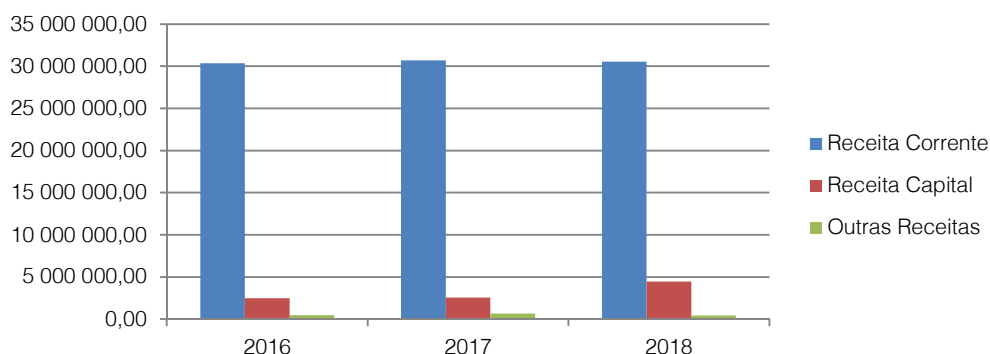
O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes mostra que a execução orçamental do exercício de 2018, para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital. Do valor das cobranças realizadas pelo município para terceiros – operações de tesouraria – provenientes da divergência entre os valores de recebimentos e pagamentos, verifica-se um saldo de 662.569,27 euros. O saldo das operações orçamentais fixou-se nos 342.125,58 euros.

Demonstração dos Fluxos de Caixa				
		Recebimentos	Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		966 979,50	Despesas orçamentais	35 057 821,71
Execução orçamental	411 915,33		Correntes	22 753 997,55
Operações de tesouraria	555 064,17		Capital	12 303 824,16
Receitas orçamentais	34 988 031,96		Operações de tesouraria	2 072 839,92
Correntes	30 525 794,88		Saldo para a gerência seguinte	1 004 694,85
Capital	4 456 013,42		Execução orçamental	342 125,58
Outras	6 223,66		Operações de tesouraria	662 569,27
Operações de tesouraria	2 180 345,02			
Total	38 135 356,48	Total	38 135 356,48	

Evolução da Receita

No ano de 2018, a taxa de execução total do orçamento da receita foi de 56,56%. A receita de corrente teve uma taxa de execução na ordem dos 63%, a receita de capital teve uma execução de 33%.

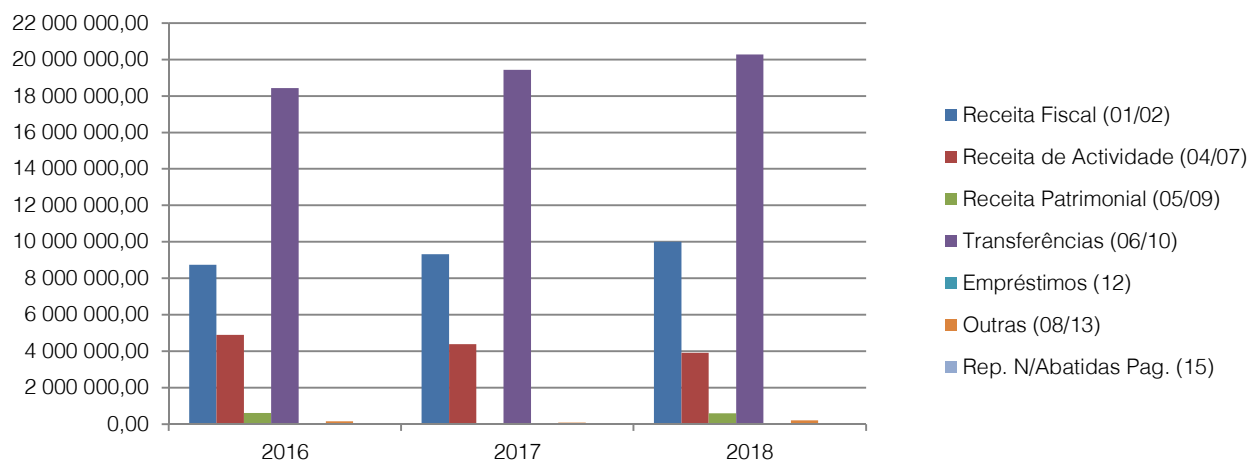
	2016	2017	2018
Receita Total	33 306 763,99	33 876 316,05	35 399 947,29
Receita Corrente	30 361 844,38	30 679 096,88	30 525 794,88
Receita Capital	2 472 832,55	2 553 694,85	4 456 013,42
Outras Receitas	472 087,06	643 524,32	418 138,99





Receita por grandes agregados

Receita por grandes agregados	2016	2017 (1)	2018			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(2)	(3)	(4)		
Receita Fiscal	8 744 058,27	9 327 255,76	12 045 000,00	10 072 947,46	9 997 110,82	83,00%	7,18%
Receita de Actividade	4 894 124,52	4 382 496,08	12 479 500,00	4 212 901,90	3 902 183,86	31,27%	-10,96%
Receita Patrimonial	607 343,00	1 000,00	3 260 000,00	589 453,41	589 453,41	18,08%	58845,34%
Transferências	18 438 813,98	19 437 912,12	30 958 000,00	19 983 442,86	20 282 902,57	65,52%	4,35%
Empréstimos	0,00	0,00	70 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Outras	150 337,16	84 127,77	2 787 000,00	210 124,89	210 157,64	7,54%	149,81%
Rep. N/Abatidas Pag.	3 783,14	1 919,39	5 000,00	6 223,66	6 223,66	124,47%	224,25%
Total	32 838 460,07	33 234 711,12	61 604 500,00	35 075 094,18	34 988 031,96	56,79%	5,28%



Receita Fiscal

Receita Fiscal	2016	2017 (1)	2018			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(2)	(3)	(4)		
Impostos Directos	8 706 962,02	9 296 798,35	11 850 000,00	9 955 153,17	9 955 153,17	84,01%	7,08%
IMI / Contrib. Autárquica	5 038 297,95	5 167 336,66	5 650 000,00	5 574 827,70	5 574 827,70	98,67%	7,89%
IMT / Sisa	1 191 159,53	1 637 237,86	2 550 000,00	1 841 753,96	1 841 753,96	72,23%	12,49%
Imp. Único Circulação	1 344 699,47	1 455 326,37	2 000 000,00	1 559 907,72	1 559 907,72	78,00%	7,19%
Derrama	1 132 805,07	1 036 897,46	1 650 000,00	978 663,79	978 663,79	59,31%	-5,62%
Impostos Indirectos	37 096,25	30 457,41	195 000,00	117 794,29	41 957,65	21,52%	37,76%
Mercados e Feiras	0,00	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Loteamento e Obras	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Ocup. Via Pública	1 315,40	1 240,67	15 000,00	2 618,52	3 015,60	20,10%	143,06%
Publicidade	19 667,27	12 698,63	75 000,00	21 448,55	22 016,33	29,36%	73,38%
Outros	16 113,58	16 518,11	45 000,00	93 727,22	16 925,72	37,61%	2,47%
Total	8 744 058,27	9 327 255,76	12 045 000,00	10 072 947,46	9 997 110,82	83,00%	7,18%



Receita associada à atividade

Receita associada à atividade	2016	2017	2018				Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Receitas por cobrar início ano	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)	(4)		
Taxas, Multas e Outras Penalidades	922 526,44	1 003 403,79	5 406 000,00	963,91	826 582,24	826 459,98	15,29%	-17,63%
Mercados e Feiras	139 169,25	135 514,96	950 000,00	0,00	136 828,55	136 828,55	14,40%	0,97%
Loteamento e Obras	547 553,51	492 391,98	1 800 000,00	46,17	505 408,95	505 336,20	28,07%	2,63%
Ocupação da Via Pública	15 895,69	13 803,82	250 000,00	0,00	11 701,72	11 677,24	4,67%	-15,41%
Caça, uso e porte de arma	0,00	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
Outros	138 445,70	137 025,49	1 955 000,00	123,94	125 679,74	125 704,71	6,43%	-8,26%
Multas e Outras Penalidades	81 462,29	224 667,54	450 000,00	793,80	46 963,28	46 913,28	10,43%	-79,12%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 971 598,08	3 379 092,29	7 073 500,00	271 527,38	3 386 319,66	3 075 723,88	43,48%	-8,98%
Venda de Bens	31,88	15,15	25 000,00	1 512,09	46,40	46,40	0,19%	206,27%
Serviços	2 125 379,84	1 774 036,37	3 848 500,00	266 907,41	2 209 465,95	1 898 500,02	49,33%	7,02%
Rendas	1 846 186,36	1 605 040,77	3 200 000,00	3 107,88	1 176 807,31	1 177 177,46	36,79%	-26,66%
Total	4 894 124,52	4 382 496,08	12 479 500,00	272 491,29	4 212 901,90	3 902 183,86	31,27%	-10,96%

Receita proveniente do património municipal

Receitas da alienação e administração do património Municipal	2016	2017	2018			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(1)	(2)	(3)		
Rendimentos de Propriedade	0,00	0,00	60 000,00	1 315,04	1 315,04	2,19%	
Venda de Bens de Investimento	607 343,00	1 000,00	3 200 000,00	588 138,37	588 138,37	18,38%	58713,84%
Activos Financeiros	0,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Total	607 343,00	1 000,00	3 510 000,00	589 453,41	589 453,41	16,79%	58845,34%

Receita de transferências

Nos termos do n.º 2 do artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa, o regime das finanças locais, estabelecido por lei, visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

A participação dos municípios nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFALEI).



As transferências recebidas em 2018, correntes e de capital, subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado e transferências provenientes de fundos comunitários, da administração central e outras.

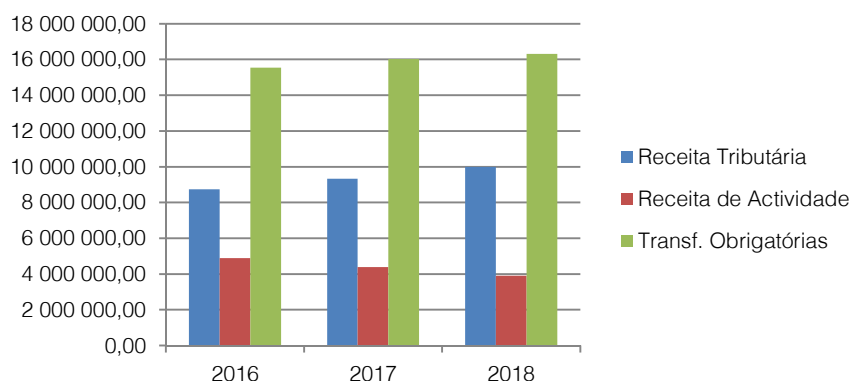
Transferências Correntes e de Capital	2016	2017 (1)	2018			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(2)	(3)	(4)		
Transferências Obrigatórias	15 547 031,78	16 029 146,00	16 269 583,00	16 317 580,24	16 317 580,24	100,30%	1,80%
Fundos Comunitários	484 417,71	1 059 683,00	1 963 417,00	1 895 478,90	1 895 478,90	96,54%	78,87%
Administração Central	2 242 146,65	2 124 377,27	4 950 000,00	1 517 821,99	1 517 821,99	30,66%	-28,55%
Outras	165 217,84	224 705,85	7 775 000,00	252 561,73	552 021,44	7,10%	145,66%
Total	18 438 813,98	19 437 912,12	30 958 000,00	19 983 442,86	20 282 902,57	65,52%	4,35%

Receita Estrutural

As receitas estruturais procedem dos recursos regulares e estáveis que o Município é capaz de gerar nos diferentes anos económicos. A receita estrutural, a 31 de Dezembro de 2018, totalizou 30,2 milhões de euros, uma subida de 3,5% em relação ao ano anterior, apresentando uma execução total de 74%.

Receita Estrutural	2016	2017 (1)	2018			Taxa Exec. (4/2)	Variação (4/1)-1
			Dotação	Liquidada	Cobrada		
			(2)	(3)	(4)		
Tributária	8 744 058,27	9 327 255,76	12 045 000,00	10 072 947,46	9 997 110,82	83%	14,33%
Atividade	4 894 124,52	4 382 496,08	12 479 500,00	4 212 901,90	3 902 183,86	31,3%	-20,27%
Transferências	15 547 031,78	16 029 146,00	16 269 583,00	16 317 580,24	16 317 580,24	100,3%	4,96%
TOTAL	29 185 214,57	29 738 897,84	40 794 083,00	30 603 429,60	30 216 874,92	74%	3,53%

A análise aos quadros e gráficos evidência o elevado peso das Transferências do Orçamento de Estado no total das receitas da autarquia. Destaque ainda para a Receita Fiscal, nomeadamente os valores arrecadados referentes a impostos diretos (IMI, IMT, IUC e Derrama) e a Receita da Atividade, com relevância para a venda de serviços correntes (resíduos sólidos urbanos) e rendas.

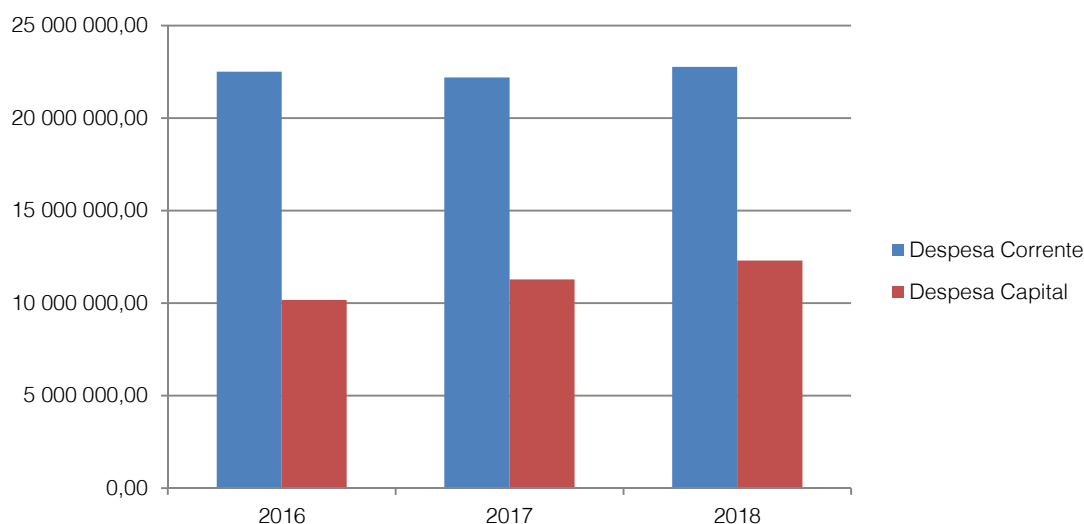




Evolução da Despesa

Em relação a 2017, a despesa total do exercício apresentou um aumento 7,32%.

Despesas correntes e de capital	2016	2017	2018				Variação
			Dotação	Compromisso	Execução	Tx. Execução	
Despesa Corrente	22 495 614,50	22 186 105,98	32 057 006,32	29 506 777,70	22 753 997,55	70,98%	2,56%
Despesa Capital	10 169 544,56	11 278 294,74	30 209 409,01	27 331 649,10	12 303 824,16	40,73%	9,09%
Total	32 665 159,06	33 464 400,72	62 266 415,33	56 838 426,80	35 057 821,71	56,30%	7,32%



Despesa Corrente

A despesa corrente é, em regra, mais rígida, engloba as despesas fixas com pessoal, instalações, funcionamento dos serviços, transferências correntes e subsídios. No ano de 2018 registou um acréscimo de 2,56%.

Despesa Corrente	2016	2017	2018				Variação
			Dotação	Compromisso	Execução	%	
Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	12 206 499,96	11 334 152,03	11 022 233,69	90,30%	6,58%
Aquisição Bens Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	16 051 985,00	14 987 670,69	9 179 387,69	57,19%	-1,26%
Enc. Correntes Dívida	144 837,71	110 294,34	100 000,00	82 526,43	82 526,43	82,53%	-25,18%
Transferências Correntes	2 260 383,53	2 080 900,50	3 125 215,00	2 579 966,50	1 947 637,92	62,32%	-6,40%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras	459 166,36	356 298,12	573 306,36	522 462,05	522 211,82	91,09%	46,57%
Total	22 495 613,50	22 186 105,98	32 057 006,32	29 506 777,70	22 753 997,55	70,98%	2,56%



Despesa de Capital

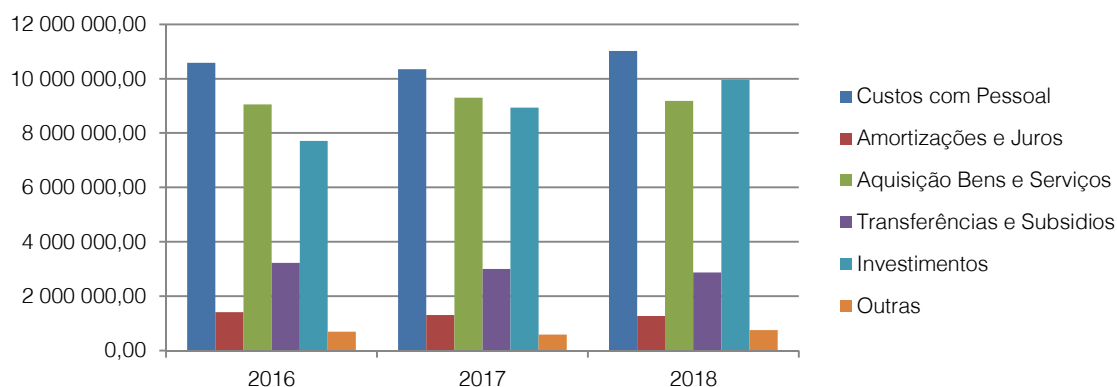
No período em análise, as despesas de capital registaram crescimento na ordem dos 9%, atingindo os 12,3 milhões de euros.

Despesa Capital	2016	2017	2018				Varição
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Aquisição Bens Investimento	7 707 598,39	8 931 629,21	27 773 026,00	24 988 574,52	9 960 749,58	35,86%	11,52%
Transferências de Capital	959 420,00	922 152,84	935 000,00	922 152,84	922 152,84	98,63%	0,00%
Activos Financeiros	232 180,00	232 180,00	312 184,00	232 184,00	232 184,00	74,37%	0,00%
Passivos Financeiros	1 270 346,17	1 192 332,69	1 189 199,01	1 188 737,74	1 188 737,74	99,96%	-0,30%
Total	10 169 544,56	11 278 294,74	30 209 409,01	27 331 649,10	12 303 824,16	40,73%	9,09%

No período em análise, as despesas totais registaram crescimento na ordem dos 4,7%, atingindo os 35 milhões de euros. As despesas de investimento apresentam uma tendência de crescimento, registando uma subida de 11,5%. A aquisição de bens e serviços correntes registaram uma descida na ordem dos 1,2%, os custos com pessoal subiram cerca de 6,5%. As transferências e os custos com amortizações e juros registaram uma diminuição de 4,4% e 2,4%, respetivamente.

Despesas por grandes agregados

Despesa por grandes agregados	2016	2017	2018				Var.
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Custos com Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	12 206 499,96	11 334 152,03	11 022 233,69	90,30%	6,58%
Amortizações e Juros	1 415 184,88	1 302 627,03	1 289 199,01	1 271 264,17	1 271 264,17	98,61%	-2,41%
Aquisição Bens e Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	16 051 985,00	14 987 670,69	9 179 387,69	57,19%	-1,26%
Transferências e Subsídios	3 219 803,53	3 003 053,34	4 060 215,00	3 502 119,34	2 869 790,76	70,68%	-4,44%
Investimentos	7 707 598,39	8 931 629,21	27 773 026,00	24 988 574,52	9 960 749,58	35,86%	11,52%
Outras	691 346,36	588 478,12	885 490,36	754 646,05	754 395,82	85,20%	28,19%
Total	32 665 159,06	33 464 400,72	62 266 415,33	56 838 426,80	35 057 821,71	56,30%	4,76%





Despesas com o pessoal

Pessoal	2016	2017	2018				Var.
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Membros Órgão Autárquicos	255 088,33	256 140,59	319 500,00	312 639,36	312 639,36	97,85%	22,06%
Pessoal do Quadro	4 994 753,42	5 150 753,67	5 456 000,00	5 271 309,70	5 271 309,70	96,61%	2,34%
Pessoal Contratado a Termo	572 524,48	404 604,37	484 677,44	429 926,55	429 926,55	88,70%	6,26%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	449 104,17	275 103,76	456 999,96	345 708,98	345 708,98	75,65%	25,66%
Representação / Suplementos e Prémios	55 749,57	60 074,21	65 500,00	60 777,72	60 777,72	92,79%	1,17%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	1 550 376,81	1 604 889,53	1 901 103,62	1 763 759,44	1 763 759,44	92,78%	9,90%
Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	41 024,16	12 539,88	48 107,13	22 215,05	22 215,05	46,18%	77,16%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	7 918 620,94	7 764 106,01	8 731 888,15	8 206 336,80	8 206 336,80	93,98%	5,70%
Horas Extraordinárias	128 773,05	167 447,94	200 111,80	193 647,78	193 647,78	96,77%	15,65%
Ajudas de Custo	7 475,78	8 025,49	15 500,00	11 266,91	11 266,91	72,69%	40,39%
Subsídio de Turno	100 026,60	93 445,09	127 000,00	97 384,69	97 384,69	76,68%	4,22%
Outros Abonos	35 007,84	63 954,97	116 000,00	90 325,44	90 325,44	77,87%	41,23%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	271 283,27	332 873,49	458 611,80	392 624,82	392 624,82	85,61%	17,95%
Encargos com Saúde	634 414,88	459 438,70	918 000,01	894 893,86	582 975,52	63,50%	26,89%
Subsídio Familiar Crianças e Jovens / Outras	47 093,41	45 021,76	61 000,00	36 648,47	36 648,47	60,08%	-18,60%
Contribuições Seg. Social	1 713 192,58	1 740 626,95	2 037 000,00	1 803 648,08	1 803 648,08	88,54%	3,62%
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL	2 394 700,87	2 245 087,41	3 016 000,01	2 735 190,41	2 423 272,07	80,35%	7,94%
TOTAL	10 584 605,08	10 342 066,91	12 206 499,96	11 334 152,03	11 022 233,69	90,30%	6,58%

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Aquisição de bens e serviços correntes	2016	2017	2018				Variação
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Aquisição de Bens	3 029 281,79	2 462 936,96	4 764 700,00	4 305 438,63	2 409 915,11	50,58%	-2,15%
Aquisição de Serviços	6 017 339,03	6 833 609,15	11 287 285,00	10 682 232,06	6 769 472,58	59,97%	-0,94%
TOTAL	9 046 620,82	9 296 546,11	16 051 985,00	14 987 670,69	9 179 387,69	57,19%	-1,26%



Transferências

Transferências correntes e de capital	2016	2017	2018				Var.
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Administração Central	19 670,04	19 874,83	6 000,00	512,60	512,60	8,54%	-97,42%
Administração Local	397 642,61	176 734,24	610 000,00	553 828,76	189 880,32	31,13%	7,44%
Instituições sem Fins Lucrativos	1 591 426,70	1 620 355,18	2 029 215,00	1 727 603,66	1 460 221,92	71,96%	-9,88%
Famílias	251 644,18	263 936,25	480 000,00	298 021,48	297 023,08	61,88%	12,54%
Total das Transferências Correntes	2 260 383,53	2 080 900,50	3 125 215,00	2 579 966,50	1 947 637,92	62,32%	-6,40%
Administração Local	922 152,84	922 152,84	930 000,00	922 152,84	922 152,84	99,16%	0,00%
Instituições Sem Fins Lucrativos	37 267,16	0,00	5 000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Transferências de Capital	959 420,00	922 152,84	935 000,00	922 152,84	922 152,84	98,63%	0,00%
TOTAL	3 219 803,53	3 003 053,34	4 060 215,00	3 502 119,34	2 869 790,76	70,68%	-4,44%

Despesas de Investimento

Despesas de Investimento	2016	2017	2018				Var.
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Terrenos	0,00	65 769,10	90 000,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Habitacões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Edifícios	1 491 983,09	1 845 429,35	3 481 000,00	3 140 980,45	1 196 016,19	34,36%	-19,84%
Construções Diversas	5 359 623,20	6 009 800,80	17 297 500,00	15 442 497,77	5 641 051,23	32,61%	5,25%
Material Transporte	0,00	40 096,98	135 000,00	106 769,05	106 769,05	79,09%	166,28%
Equipamento Administrativo	100 275,68	120 612,98	205 997,00	193 061,35	101 828,33	49,43%	1,55%
Equipamento Básico	94 422,69	109 622,43	182 000,00	130 686,04	48 178,55	26,47%	-48,98%
Outros Investimentos	661 293,73	740 297,57	6 381 529,00	5 974 579,86	2 866 906,23	44,93%	333,53%
TOTAL	7 707 598,39	8 931 629,21	27 773 026,00	24 988 574,52	9 960 749,58	35,86%	29,23%

Serviço da Dívida e Outros Encargos Financeiros

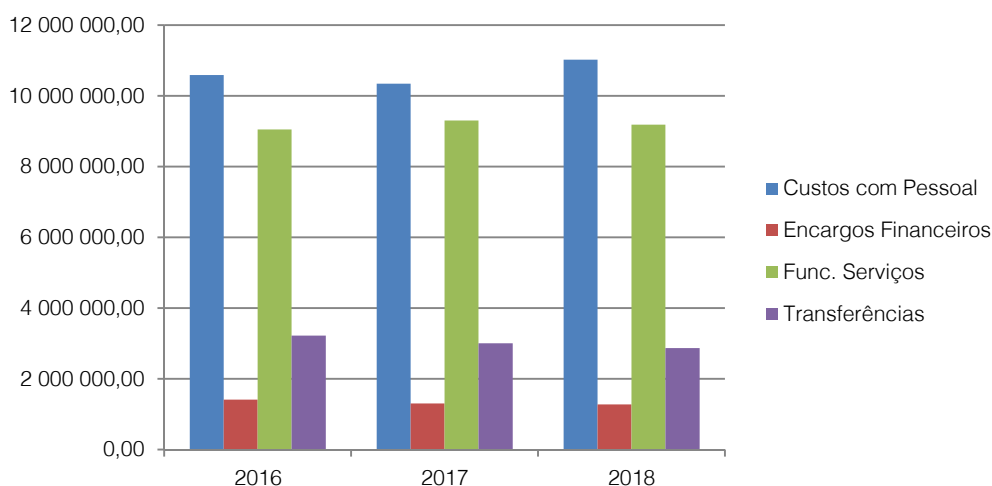
Operações Financeiras	2016	2017	2018				Var.
			Dotação	Compromisso	Execução	%	%
Juros	144 838,71	110 294,34	100 000,00	82 526,43	82 526,43	82,53%	-25,18%
Empréstimos Bancários MLP	78 361,74	62 784,13	55 295,58	46 890,95	46 890,95	84,80%	-25,31%
Outros Juros	66 476,97	47 510,21	44 704,42	35 635,48	35 635,48	79,71%	-24,99%
Amortizações Emp. MLP	1 270 346,17	1 192 332,69	1 189 199,01	1 188 737,74	1 188 737,74	99,96%	-0,30%
TOTAL	1 415 184,88	1 302 627,03	1 289 199,01	1 271 264,17	1 271 264,17	98,61%	-2,41%

Despesa estrutural

As despesas estruturais correspondem ao conjunto dos gastos certos e regulares e/ou destinados ao cumprimento de obrigações legais.



Despesa Estrutural	2016	2017	2018				
			Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	10 584 605,08	10 342 066,91	12 206 499,96	11 334 152,03	11 022 233,69	90,30%	6,58%
Encargos Financeiros	1 415 184,88	1 302 627,03	1 289 199,01	1 271 264,17	1 271 264,17	98,61%	-2,41%
Func. Serviços	9 046 620,82	9 296 546,11	16 051 985,00	14 987 670,69	9 179 387,69	57,19%	-1,26%
Transferências	3 219 803,53	3 003 053,34	4 060 215,00	3 502 119,34	2 869 790,76	70,68%	-4,44%
Total	24 266 214,31	23 944 293,39	33 607 898,97	31 095 206,23	24 342 676,31	72,43%	1,66%



6. INDICADORES E RÁCIOS

Apresentam-se uma série de indicadores relativos ao cumprimento de equilíbrios legalmente exigidos, aos meios humanos e financeiros do Município e a medidas de eficácia e de eficiência da actuação municipal, que visam, de um modo quantitativo e sintético, demarcar o exercício de 2018 e a evolução nos últimos dois exercícios:

Rácios de Gestão

	2017	2018
Despesas Correntes	72,32%	74,54%
Receitas Correntes		
Despesas Capital	441,65%	276,12%
Receita Capital		
Despesas com Pessoal	33,71%	36,11%
Receitas Correntes		
Despesas com Pessoal	46,62%	48,44%
Despesas Correntes		
Despesas com Pessoal	30,90%	31,44%
Despesas Total		



Este tipo de rácios permite evidenciar a relação entre as receitas e despesas correntes e de capital, bem como o peso das despesas de pessoal na execução orçamental.

Rácios de Investimento

	2017	2018
Investimento	79,19%	80,96%
Despesa capital		
Investimento	26,69%	28,41%
Despesa Total		
Investimento	127,45	142,14
População		
Investimento	42082,69	46931,54
Área do Município		

Este tipo de rácios demonstra o peso dos investimentos nas despesas, bem como o valor médio dos mesmos por habitante e km².

Rácios de Equilíbrio Curto Prazo

	2017	2018
Ativo Circulante	8,53%	11,34%
Passivo Circulante		
Disponibilidades	4,43%	5,98%
Passivo Circulante		

Para análise do equilíbrio de curto prazo procedeu-se à avaliação dos rácios de Liquidez que visam medir a razoabilidade dos níveis de tesouraria, sendo que o mais utilizado é o rácio de liquidez geral. Este rácio dá-nos a relação entre os ativos em dinheiro (ou facilmente convertíveis em dinheiro) com o montante que será exigível a curto prazo.

Sustentabilidade

	2017	2018
Fundos próprios	196,35%	211,24%
Passivo		
Ativo Líquido	296,35%	311,24%
Passivo		
Fundos próprios	66,26%	67,87%
Ativo Líquido		

Nos indicadores de Solvabilidade, um valor muito baixo pode indiciar elevada fragilidade económico-financeira. Quanto mais elevado for este rácio, maior a estabilidade financeira. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.



Endividamento

	2017	2018
Passivo	33,74%	32,13%
Ativo Líquido		
Dividas MLP	4,66%	4,17%
Ativo Líquido		
Dividas CP (sem acres. e dif.)	11,16%	8,86%
Ativo Líquido		

Os indicadores de endividamento relacionam as origens de recursos entre si, retratando a posição entre Fundos Próprios e capital alheio. Indicam o grau de dependência em relação ao capital alheio.

Em Conclusão

O POCAL obriga as autarquias a cumprirem com os princípios e regras contabilísticos, os critérios de valorimetria, os critérios e métodos específicos, a apresentarem os documentos previsionais e os documentos de prestação de contas e a procederem ao controlo interno. O ponto 13 do POCAL refere que o relatório de gestão é apresentado pelo órgão executivo, devendo conter, entre outras coisas uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira. Nas vésperas de um novo modelo contabilístico para o sector público (SNC-AP), verifica-se ainda pertinente a análise da divulgação dos indicadores de gestão nos documentos de prestação de contas do Município de Penafiel, concretamente no relatório de gestão, conforme estabelece o POCAL.